

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Emanuel dos Santos Costa

**CONSEQUÊNCIAS DAS MISSÕES DE PAZ PARA A IMAGEM DO
EXÉRCITO BRASILEIRO NO ÂMBITO INTERNO E EXTERNO**

**Resende
2020**

Emanuel dos Santos Costa

**CONSEQUÊNCIAS DAS MISSÕES DE PAZ PARA A IMAGEM DO
EXÉRCITO BRASILEIRO NO ÂMBITO INTERNO E EXTERNO**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Militares, da
Academia Militar das Agulhas Negras
(AMAN, RJ), como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Militares.**

Orientador: Cel João Augusto Vargas Ávila

Resende
2020

Emanuel dos Santos Costa

**CONSEQUÊNCIAS DAS MISSÕES DE PAZ PARA A IMAGEM DO
EXÉRCITO BRASILEIRO NO ÂMBITO INTERNO E EXTERNO**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Militares, da
Academia Militar das Agulhas Negras
(AMAN, RJ), como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Militares.**

Aprovado em ____ de _____ de 2020:

Banca examinadora:

João Augusto Vargas **Ávila**, Cel
(Presidente/Orientador)

Sérgio Barreto de **Mattos**, Cel

André Frangulis **Costa Duarte**, Cel

Resende
2020

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, que ajudou a realizar meus sonhos e me deu forças para chegar onde estou hoje e, também a minha família que me apoiou em minhas decisões e investiu na minha formação, sem poupar esforços, para que eu conseguisse alcançar meu sonho de me tornar Oficial do Exército Brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Sou muito grato a Deus por ter me dado a oportunidade de me tornar um Cadete e estar podendo me formar, me protegendo e me dando forças em cada campo e em cada dificuldade passada ao longo desses 5 anos de formação. Também gostaria de agradecer a minha família por me apoiar em meu sonho e sempre me incentivar a seguir em frente, cuidando de mim e ajudando no que fosse preciso. Agradeço também aos meus camaradas de Infantaria que sempre estiveram comigo nos momentos mais difíceis, verdadeiros amigos nos quais deposito minha confiança e respeito. Por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador por aceitar minha proposta de pesquisa e por abdicar do seu tempo para me orientar e corrigir meu trabalho, contribuindo para minha formação acadêmica.

RESUMO

CONSEQUÊNCIAS DAS MISSÕES DE PAZ PARA A IMAGEM DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO ÂMBITO INTERNO E EXTERNO

AUTOR: Emanuel dos Santos Costa
ORIENTADOR: João Augusto Vargas Ávila

Desde 1947, o Brasil tem participado de diversas operações de paz sob a égide da ONU. Grande parte das missões é destinada à observadores militares, com um efetivo mínimo e intuito apenas de fiscalizar o cumprimento de acordos de “cessar fogo”. Entretanto, houve a participação, também, em operações de maior vulto, com envio de tropas, enfrentando ambientes caóticos, prestando assistência à população e travando diversos combates. A participação do Exército Brasileiro em missões de paz tornou-se uma tradição para o País e, a cada operação, as tropas ganharam mais conhecimento e experiência, produzindo assim uma evolução no *modus operandis* brasileiro, bem como em diversos aspectos de sua doutrina. Outras consequências dessa participação brasileira estão relacionadas ao âmbito externo, ou seja, a política internacional, pois o sucesso ou fracasso nas operações podem repercutir nas relações geopolíticas do Brasil e, também, na imagem de seu Exército, perante os de outras nações. Para comprovar todos esses efeitos, foram levantadas as missões de maior vulto em diferentes períodos. Em cada uma dessas missões foram analisadas as ações do Exército Brasileiro, levantando possíveis mudanças e inovações em relação às anteriores. Além disso, também foram levantadas as consequências de cada operação no âmbito geopolítico, a fim de concluir se foram vantajosas ou não para o País. As missões selecionadas para essa pesquisa foram: USCOB, UNEF I, UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III, ONUMOZ, INTERFET, MINUSTAH e MONUSCO.

Palavras-Chaves: Evolução doutrinária. *Modus operandis*. Consequências geopolíticas

ABSTRACT

CONSEQUENCES OF PEACE MISSIONS TO IMAGE OF THE BRAZILIAN ARMY IN THE INTERNAL AND EXTERNAL SCOPE

AUTHOR: Emanuel dos Santos Costa
ADIVISOR: João Augusto Vargas Ávila

Since 1947, Brazil has participated in several peace operations under the auspices of the UN. A large part of the missions are aimed at military observers, with a minimum number of personnel and the aim only of monitoring compliance with “cease fire” agreements, however, there was also participation in larger operations with the deployment of troops, facing chaotic environments, assistance to the population and waging several battles. The participation of the Brazilian Army in peacekeeping missions has become a tradition for the country, and with each operation, the troops gained more knowledge and experience, thus producing an evolution in the Brazilian *modus operandis* as well as in several aspects of its doctrine. Other consequences of this Brazilian participation are related to the external sphere, that is, international politics, since the success or failure in operations can have an impact on Brazil's geopolitical relations and also on the image of its army vis-à-vis other nations. To prove all these effects, the most important missions were raised in different periods. In each of these missions it was analyzed based on the actions of the Brazilian Army, trying to raise possible changes and innovations in relation to previous ones. In addition, the consequences of each operation in the geopolitical scope were also raised, in order to conclude whether they were advantageous for the country or not. The selected missions for this research were: USCOB, UNEF I, UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III, ONUMOZ, INTERFET, MINUSTAH and MONUSCO.

Keywords: Doctrinal evolution. Modus operandis. Geopolitical consequences

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|----|
| Figura 1- Sede das Nações Unidas em Nova York..... | 16 |
| Figura 2- Reunião no Conselho de Segurança das Nações Unidas..... | 20 |
| Figura 3- Fachada do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil..... | 23 |
| Figura 4- Observadores em campo de pouso nas montanhas de Grammos..... | 28 |
| Figura 5- Soldados recuperam uma valeta coberta de areia devido às tempestades da região..... | 30 |
| Figura 6- Primeiro contingente brasileiro..... | 36 |
| Figura 7- Seção eleitoral dentro de uma choupana..... | 38 |
| Figura 8- Tropa brasileira na coleta e vigia de armamentos pesados..... | 41 |
| Figura 9- Serviço médico sendo realizado durante as rondas da tropa brasileira..... | 45 |
| Figura 10- Militares brasileiros em um patrulhamento durante a MINUSTAH..... | 48 |
| Figura 11- Pelotão de Polícia do Exército em Townsville..... | 49 |
| Figura 12- Militares brasileiros patrulhando as ruas de Porto Príncipe..... | 53 |
| Figura 13- General Santos Cruz junto à sua tropa..... | 58 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1- Operações realizadas na primeira fase e seus respectivos mandatos, tempo de duração e efetivo..... | 26 |
| Tabela 2- Operações realizadas na segunda fase e seus respectivos mandatos, tempo de duração e efetivo..... | 34 |
| Tabela 3- Operações realizadas na terceira fase e seus respectivos mandatos, tempo de duração e efetivo..... | 48 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AGNU | Assembleia Geral das Nações Unidas |
| AMAN | Academia Militar das Agulhas Negras |
| CEPAEB | Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro |
| CCOPAB | Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil |
| CIOpPaz | Centro de Instrução de Operações de Paz |
| COTER | Centro de Operações Terrestres |
| CS | Conselho de Segurança |
| DPKO | Departamento de Operações de Manutenção da Paz |
| DI | Direito Internacional |
| EUA | Estados Unidos da América |
| EB | Exército Brasileiro |
| FMIH | Força Multilateral Interina para o Haiti |
| FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique |
| FNLA | Frente Nacional para a Libertação de Angola |
| GLO | Garantia da Lei e da Ordem |
| INTERFET | Força Internacional para o Timor-Leste |
| LDA | Linha de Demarcação de Armistício |
| MONUSCO | Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo |
| M23 | Movimento 23 de Março |
| MPLA | Movimento Popular para a Libertação da Angola |
| MINUSTAH | Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti |
| ONU | Organização das Nações Amigas |
| ONUMOZ | Operação das Nações Unidas em Moçambique |
| OP | Operação de Paz |
| PBO | Peacebuilding Operation |
| PEO | Peace Enforcement Operation |
| PKO | Peacekeeping Operation |
| PMO | Peacemaking Operation |
| RDC | República Democrática do Congo |
| RENAMO | Resistência Nacional Moçambicana |
| SDN | Sociedade das Nações |
| URSS | União dos Repúblicas Socialistas Soviéticas |

| | |
|--------|---|
| UNAMET | Missão das Nações Unidas no Timor-Leste |
| UNAVEM | Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola |
| UNEF | Força de Emergência das Nações Unidas |
| UNITA | União Nacional para a Independência Total da Angola |
| UNSCOB | Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs |
| UNTAET | Autoridade Transitória das Nações Unidas no Timor-Leste |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | OBJETIVOS..... | 15 |
| 1.1.1 | Objetivo geral..... | 15 |
| 1.1.2 | Objetivos específicos..... | 15 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 | ONU..... | 18 |
| 2.2 | CLASSIFICAÇÃO DAS MISSÕES DE PAZ..... | 23 |
| 2.3 | CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL (CCOPAB)..... | 24 |
| 2.4 | HISTÓRICO DO BRASIL EM MISSÕES DE PAZ..... | 25 |
| 2.5 | A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS MISSÕES DE PAZ..... | 26 |
| 3 | REFERENCIAL METODOLÓGICO | 26 |
| 3.1 | TIPO DE PESQUISA..... | 26 |
| 3.2 | MÉTODO..... | 26 |
| 3.2.1 | Análise das missões | 26 |
| 3.2.2 | Análise da atuação do Exército Brasileiro | 26 |
| 3.2.3 | Comparação e avaliação..... | 26 |
| 4 | PRIMEIRO PERÍODO | 27 |
| 4.1 | UNSCOB..... | 27 |
| 4.2 | UNEF..... | 30 |
| 4.3 | CONCLUSÃO PARCIAL..... | 33 |
| 4.4 | MOMENTO DE ESTAGNAÇÃO..... | 35 |
| 5 | SEGUNDO PERÍODO | 36 |
| 5.1 | UNAVAM I..... | 37 |
| 5.2 | UNAVEM II..... | 40 |
| 5.3 | UNAVEM III..... | 45 |
| 5.4 | ONUMOZ..... | 46 |
| 5.5 | CONCLUSÃO PARCIAL..... | 47 |
| 6 | TERCEIRO PERÍODO | 49 |
| 6.1 | INTERFET..... | 51 |
| 6.2 | MINUSTAH..... | 55 |
| 6.3 | MONUSCO..... | 57 |

| | |
|--|-----------|
| 6.4 CONCLUSÃO PARCIAL..... | 60 |
| 7 CONCLUSÃO..... | 62 |
| 7.1 MODUS OPERANDI E EVOLUÇÃO DOUtrinÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM MISSÕES DE PAZ..... | 62 |
| 7.2 CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTIcAS DAS AÇÕES BRASILEIRAS EM MISSÃO DE PAZ..... | 63 |
| REFERÊNCIAS..... | 65 |

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos membros fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU) e participa de todas as suas agências especializadas. Essa participação nos trabalhos e tomadas de decisão ocorrem, principalmente, por meio de suas representações permanentes nas sedes localizadas em Nova York (EUA) e Genebra (Suíça).

Desde 1948, o Brasil participou de mais de 30 operações de manutenção de paz da ONU, tendo cedido mais de 24 mil homens. Integrou operações na África (República Democrática do Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão e República Centro-Africana, entre outras), na América Latina e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja, Timor-Leste) e na Europa (Chipre, Croácia).

Além de ter enviado militares e policiais a diversas missões ao longo da história da ONU, o Brasil também empregou unidades militares constituídas em cinco operações: Suez (UNEF I), Angola (UNAVEM I, II, III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/INTERFET) e Haiti (MINUSTAH).

Considerando esse histórico do Brasil em missões de paz sob a égide da ONU, percebe-se uma tradição de participar desse tipo de operação, principalmente o Exército Brasileiro. Então, como isso é visto por outras nações? Quais as consequências dessa situação para as Forças Armadas no cenário mundial? E qual a repercussão dentro da nação brasileira?

Com base nesses questionamentos, o presente trabalho busca subsídios que demonstrem quão importante é a participação do Brasil em operações de paz e como essa condição impacta no aumento da credibilidade e reconhecimento das Forças Armadas Brasileiras, tanto externa como internamente.

Essa pesquisa justifica-se pela valorização das ações do Exército Brasileiro em operações sob a égide da ONU, servindo como estímulo para participação em missões futuras. É igualmente importante analisar e ressaltar as características, que fazem com que a tropa brasileira se destaque nesse tipo de missão e seu impacto na condição de adestramento.

O trabalho também buscou levar em conta o direcionamento do Exército para missões de paz futuras, concluindo se é proveitoso ou não investir nessas operações, e levantar as vantagens estratégicas, no campo da geopolítica, auferidos a partir dessa atuação.

O trabalho focará nas missões de maior vulto, nas quais houve envio de tropas, mostrando, contudo, algumas missões de Observador Militar.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as principais operações de paz realizadas pelo Brasil desde a UNEF (1957) até as missões mais recentes (MINUSTAH e MONUSCO), destacando as ações do Exército Brasileiro e os resultados obtidos.

1.1.2 Objetivos específicos

Estudar as ações do Exército Brasileiro em cada missão. Em seguida, avaliar os impactos gerados na sociedade dos países alvos dessas e os efeitos para as relações internacionais do Brasil. Avaliar, também, a repercussão dentro do nosso país (se houver) e;

Analisar os fatores que levaram ao sucesso das operações, assim como os desafios enfrentados e a evolução da tropa desde as primeiras ações até as mais atuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Antes de abordar a atuação brasileira nas missões de paz em si, é necessário conhecer o órgão internacional responsável por promovê-las, no caso: a Organização das Nações Unidas. Para tal, levando em conta os motivos de sua criação e os principais objetivos e motivações desse órgão.

Figura 1- Sede das Nações Unidas em Nova York



Fonte: ONU (2018)

Após a Primeira Guerra Mundial, a sociedade internacional foi tomada por um sentimento de que era preciso manter a paz entre os países, por conta da destruição e das mortes resultantes desse conflito. A partir desse fato, após anos de planejamento e discussões acerca do tema de paz mundial, surgiu o esboço de um organismo internacional. Em 8 de janeiro de 1919, o então presidente norte americano Woodrow Wilson propôs 14 pontos a serem seguidos, a fim de se estabelecer uma paz mundial. São eles:

1. Evacuação e restauração da Bélgica sem qualquer restrição à sua soberania;
2. Evacuação do território Francês, restauração das regiões invadidas e reparação dos prejuízos causados à França em 1871, relativamente à Alsácia-Lorena;
3. Evacuação do território Russo e livre regulação dos seus destinos políticos;
4. Rectificação das fronteiras Italianas, conforme o princípio das nacionalidades;
5. Possibilidade de um desenvolvimento autónomo para os povos da Áustria-Hungria;
6. Evacuação da Roménia, da Sérvia e do Montenegro e concessão à Sérvia de uma comunicação marítima;
7. Limitação da soberania Otomana às regiões genuinamente turcas, com autonomia para todas as outras nacionalidades e garantias internacionais para o livre-trânsito nos Dardanelos;
8. Independência da Polónia com livre acesso ao mar;
9. Criação de uma SDN, oferecendo garantias mútuas de independência política e de integridade territorial, não só aos grandes como aos pequenos Estados;
10. Regulação imparcial das questões coloniais;
11. Garantias recíprocas para a redução dos armamentos;

12. Supressão, na medida do possível, das barreiras económicas, igualdade comercial para todos os Estados;
13. Liberdade de navegação;
14. Publicidade dos Tratados e consequente abolição das alianças secretas entre os Estados. (Xavier, 2007)

Observa-se que o 9º ponto cita a criação de uma Sociedade das Nações (SDN), que posteriormente acabou sendo fundada em 28 de abril de 1919, por meio de um pacto que foi incorporado ao Tratado de Versalhes¹. “O Pacto da SDN associou os Estados aliados durante a guerra de 1914 (Inglaterra, França, Itália e Japão) e admitiu, após aprovação de uma maioria de 2/3 na Assembleia da Sociedade, a Alemanha, em 1926, e a URSS, em 1934” (Xavier, 2007).

As nações incorporadas tinham que seguir as regras estabelecidas pela SDN, a fim de garantir a paz. “Dentre elas constava aceitar certos compromissos tendentes a evitar a guerra, manter relações internacionais fundadas na justiça e na honra, observar rigorosamente as prescrições do direito internacional, (...) fazer imperar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos tratados nas relações entre os povos organizados” (Xavier, 2007).

A Sociedade das Nações, porém, não conseguiu perdurar por muito tempo, já que era encarada como o prolongamento da Conferência de Versalhes, da qual se originou o Tratado de Versalhes, neste, os vencedores da primeira Guerra Mundial se gladiaram na definição dos termos da paz e na sua imposição ao inimigo, “excessivamente onerosos para promoverem a reconciliação e insuficientemente severos para garantirem a subjugação” (Ribeiro, 1998)

A Sociedade das Nações, embora tivesse um estatuto bem concebido e até a Corte Permanente de Justiça Internacional para dirimir conflitos e, assim, evitar a guerra, nunca teve força política para buscar seu principal objetivo – sem poder bélico (“toothless”) não foi possível garantir a paz. Como consequência do fracasso da Liga das Nações, eclode a Segunda Guerra Mundial, que foi ainda mais catastrófica que a primeira. (AMAN, 2019)

Então, em 1945, foi elaborada a Carta das Nações Unidas, pelos representantes de 50 países que se reuniram em São Francisco, na Conferência sobre Organizações Internacionais. O órgão começou a funcionar em 24 de outubro daquele ano, após a ratificação da Carta pelos Estados Unidos, França, Reino Unido, China, Rússia² e outros signatários.

A sede do organismo foi estabelecida em Nova York, após decisão da primeira Assembleia geral em 1946, na cidade de Londres (Reino Unido). Atualmente há sedes, também, em Genebra (Suíça), Viena (Áustria) e Nairóbi (Quênia).

¹ Tratado de Versalhes: acordo de paz assinado pelas potências europeias que encerrou a Primeira Grande Guerra. A Alemanha o classificou de diktat (imposição), devido às imposições feitas aos perdedores da guerra.

² Estados mais influentes da época e principais vitoriosos da 2ª Guerra Mundial que, posteriormente, se tornaram os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

A ONU é um organismo internacional com vocação universal e também intergovernamental (os Estados são os membros dos órgãos ou instituições compreendidas). Segundo Chaumont (1992), “A ONU é uma organização de nações soberanas – não um governo mundial –, que proporciona uma estrutura capaz de intervir na procura de soluções em disputas ou problemas, e virtualmente em qualquer assunto que concerne à humanidade”.

Para Xavier (2007), a organização pode ser definida por quatro ordens da razão. A primeira é a associação voluntária dos países, enquanto sujeitos ao direito internacional. A segunda é a constituição de um acto de Direito Internacional (DI), que impede os Estados membros de aderirem a outros actos de DI que violem as obrigações como membros da ONU. A terceira é ser dotada de uma constituição ou, no caso, a Carta das Nações Unidas, que regula as relações entre Estados. E, por fim, é um órgão com personalidade jurídica distinta dos seus membros, ou seja, tem autonomia jurídica por conta de seus órgãos e instituições próprios.

A Carta, propriamente dita, é composta por um preâmbulo, cento e onze artigos divididos por dezenove capítulos e um anexo referente ao estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, composto de setenta artigos, divididos em cinco capítulos.

Os objetivos da ONU são expostos no art. 1º do capítulo I e buscam uma boa relação entre os Estados e o respeito ao ser humano. São eles:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações de amizade entre as nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns. (ONU, 1945)

No artigo 2º, do mesmo capítulo, também são abordados princípios que regem o organismo e que tem por finalidade salvaguardar os objetivos do Artigo 1º. Os princípios são;

1. A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros;
2. Os membros da Organização, a fim de assegurarem a todos em geral os direitos e vantagens resultantes da sua qualidade de membros, deverão cumprir de boa-fé as obrigações por eles assumidas em conformidade com a presente carta;
3. Os membros da Organização deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas;
4. Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer que seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas;
5. Os membros da Organização dar-lhe-ão toda a assistência em qualquer ação que ela empreender em conformidade com a presente Carta e se absterão de dar assistência a qualquer Estado contra o qual ela agir de modo preventivo ou coercivo;
6. A Organização fará com que os Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais;
7. Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercivas do capítulo VII. (ONU, 1945)

Vale ressaltar que o item 4, que impede o uso das Forças Armadas para fins coercitivos e que ameacem a soberania de outra nação, que vai contra a linha de pensamento Racionalista Clássico³ de relações internacionais, focando-se na negociação e diplomacia, deixando o uso da força como último recurso. É fundamental conhecer essa postura para compreender as decisões e ações tomadas pela ONU, diante das suas intervenções. Outro detalhe importante está presente nos itens 1 e 7, que focam na preservação da soberania dos Estados, levando em conta o “Princípio da Não-Intervenção”.

No capítulo III da Carta estão os principais órgãos constitucionais da ONU que são: a Assembleia Geral; o Conselho Econômico e Social; e o Conselho de Segurança, este é o responsável pelas intervenções e missões de paz. Os três organismos citados têm suas atribuições descritas no Artigo 7º do Capítulo III e, além deles, também existem os “órgãos

³Racionalismo: Escola de pensamento das relações internacionais baseada nos preceitos de Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel, tendo com principais conceitos a “anarquia internacional” e a sobrevivência dos Estados.

subsidiários”, que são criados à medida que a Organização julgar oportuno, a fim de suprir as suas necessidades.

No presente trabalho, focaremos no Conselho de Segurança, pois é o de maior relevância para o assunto tratado. Ele é composto por 15 membros, sendo 10 deles não permanentes e 5 permanentes (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França). As tomadas de decisão são feitas mediante votação em que são precisos pelo menos 9 votos para a aprovação de uma proposição. Porém, os membros permanentes são os únicos com poder de veto, ou seja, cada um deles pode impedir uma ação, mesmo que esta conte com 14 votos a favor. Esse poder assegura a essas potências preponderância no domínio da paz e da segurança internacionais. (RIBEIRO, 1998)

53 CAPÍTULO V – Conselho de Segurança – Votação

Artigo 27.º

1. Cada membro do Conselho de Segurança terá um voto.
2. As decisões do Conselho de Segurança, em questões de procedimento, serão tomadas por um voto afirmativo de nove membros.
3. As decisões do Conselho de Segurança sobre quaisquer outros assuntos serão tomadas por voto favorável de nove membros, incluindo os votos de todos os membros permanentes, ficando entendido que, no que se refere às decisões tomadas nos termos do capítulo VI e do n.º 3 do artigo 52.º, aquele que for parte numa controvérsia se absterá de votar. (ONU 1945)

O item 3 do artigo citado descreve outro recurso dos membros permanentes que é a abstenção ao voto, ou seja, é possível que eles optem por não votar para que se articule melhor as decisões e que o Conselho não se torne inoperante, tendo em vista as divergências de opiniões e interesses dos países membros.

Figura 2- Reunião no Conselho de Segurança das Nações Unidas



Fonte: ONU (2016)

2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS MISSÕES DE PAZ

As missões de paz possuem classificação que, embora não seja explícita nas resoluções da ONU, são retiradas dos documentos “Uma Agenda para a Paz” e o documento “Suplemento de uma Agenda para a Paz”, ambos do Secretário-Geral da ONU, em 1992 e 1995, respectivamente. Segundo esses documentos, existem quatro tipos de operações. São elas: *peacemaking*, *peacekeeping*, *peaceenforcement* e *peacebuilding*. (AMAN, 2019)

As *peacemaking operations* (PMO) são operações que buscam um acordo de paz entre os beligerantes após o início do conflito, baseando-se no Capítulo VI da Carta da ONU.

As *peacekeeping operations* (PKO), por sua vez, tem como objetivo fiscalizar o cumprimento do acordo de paz por todos os envolvidos, sendo esta categoria o principal objeto de estudo da presente pesquisa.

As *peaceenforcement operations* (PEO) incluem o uso de força armada na manutenção ou restauração da paz e segurança internacionais, quando pelo menos uma das partes não concorda com a presença de organismos externos. São utilizadas em casos mais graves e estão respaldadas no Capítulo VII da Carta da ONU.

As *peacebuilding operations* (PBO) possuem uma tarefa bem diferente das demais, visando o fortalecimento da reconciliação nacional e reconstrução das instituições, economia e infraestrutura, a fim de proporcionar ao Estado condições para garantir o bem-estar de sua população.

Vale ressaltar que essas operações podem ocorrer ao mesmo tempo, ou seja, em uma missão de paz podem ocorrer *peacekeeping* e *peacebuilding*, de forma simultânea ou em fases diferentes, tudo dependerá do que for determinado na resolução da ONU.

2.3 DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ (DPKO)

O *Department of Peacekeeping Operation* ou Departamento de Operações de Manutenção da Paz é o órgão responsável pelo planejamento, apoio e orientação executiva das operações de manutenção da paz. Anteriormente, as missões eram coordenadas pelo Departamento para Assuntos Políticos Especiais.

O DPKO funciona como uma base operacional para o Secretário-Geral e é utilizado em todas as operações da ONU. O Secretário-Geral delega ao Subsecretário-Geral do Departamento de Operações de Manutenção da Paz a autoridade para planejamento, preparação, condução e orientação de todas as operações de campanha das Nações Unidas, em

particular, as operações de manutenção da paz. Dessa forma, o DPKO é responsável, por cooperar com outros departamentos, no planejamento, apoio e orientação executiva das operações de manutenção da paz. Nesse contexto, atua como o braço operacional do Secretário-Geral. O DPKO desempenha diversas funções, são elas: formular políticas e procedimentos; assegurar unidades militares e seu equipamento; desenvolver metodologias e planos operacionais; desenvolver planejamentos emergenciais; monitorar e controlar fundos orçamentários; proporcionar apoio administrativo e logístico; e ligar-se com os Estados-Membros e demais Agências. (AMAN, 2019)

O DPKO é financiado, em grande parte, pelo orçamento da ONU e os membros permanentes do CSNU têm como obrigação dar uma quantia extra para o Departamento. Além disso, outros países podem contribuir com a quantia desejada e com equipamentos, se for o caso.

2.4 CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL (CCOPAB)

A criação do CIOpPaz que, mais tarde, se tornou o CCOPAB, foi um grande avanço para as Forças Armadas Brasileiras, no que tange às missões de paz. Inicialmente, quando os primeiros contingentes foram desdobrados para o emprego em missões fora do País, eles próprios se encarregaram da preparação. Posteriormente, a 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército assumiu a missão de planejar esses treinamentos e adestramentos.

Em 2001 foi criado, na Divisão de Missão de Paz do COTER, o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), com a missão de orientar o preparo de todos os militares brasileiros designados para integrarem Missões de Paz.

Em 2005 criou-se o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), que ficou responsável por realizar o treinamento e a preparação dos militares, que iriam participar de uma missão de paz.

Em 15 de junho de 2010, a portaria nº 952-MD designou o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), do Exército Brasileiro, para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz, alterando a sua denominação, para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)

Como consequência do compromisso internacional recentemente assumido relativo à Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o CIOpPaz iniciou suas atividades com a incumbência de conduzir o preparo da então Brigada Haiti, 3º Contingente, integrada pelo GUEs - 9ª BdaInfMtz, instalando-se provisoriamente no aquartelamento do 57º BI Mtz (Es) / REI, a unidade base do Batalhão Haiti. Dessa forma, após a criação do CIOpPaz, os contingentes, a partir do

terceiro, inclusive, passaram a preparar-se e a serem empregados sob a luz do Cap. 7 da carta das Nações Unidas, coerente com o mandato da MINUSTAH, produzindo significativas modificações no comportamento das tropas no terreno. (CCOPAB)

Conforme foi dito acima, houve uma melhora sensível na atuação do Exército nas operações de paz, por conta da melhor preparação feita pelo CIOpPaz, permitindo uma conduta mais acertada, dentro dos regulamentos e regras de engajamento.

O CCOPAB tem como objetivo apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e de desminagem humanitária, sob a égide da ONU. São ministrados cursos, estágios e exercícios avançados para os militares e, também, programas para o público civil.

Figura 3- Fachada do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil



Fonte: Exército Brasileiro (2010)

Apesar de o CCOPAB ter sido criado, majoritariamente, devido a uma demanda da MINUSTAH, durante seus anos de atividade, ele desenvolveu um corpo institucional próprio e fortalecido, e conquistando reconhecimento tanto nacional quanto internacionalmente (...) o centro construiu uma rede integrada de stakeholders, como thinktanks, universidades, agências da ONU e órgãos do governo, que estão envolvidos direta ou indiretamente com operações de paz (FORTUNA, 2019).

2.4 HISTÓRICO DO BRASIL EM MISSÕES DE PAZ

O Brasil participou ao todo de um total de 30 missões de manutenção paz sob a égide da ONU. Para fins de pesquisa, iremos dividir a atuação brasileira em 3 períodos:

O primeiro período vai de 1947 a 1967, e tem início com a UNSCOB (Balcãs) e posteriormente a UNEF I (Suez). Após isso, o Brasil suspendeu as operações entre 1967 e 1989. Segundo Cavalcante (2010), isso se deveu ao regime militar, que se instaurou entre 1964 e 1985, visto que nesse período tinha-se como foco a autonomia nacional, o nacional-desenvolvimentismo e o distanciamento de conflitos internacionais e dos fóruns multilaterais.

O segundo período vai de 1989 até 2003 e compreende missões como UNAVEM I, II e III (Angola), ONUMOZ (Moçambique), INTERFET (Timor-Leste) e UMPROFOR (Macedônia).

O terceiro período, parte de 2003 com a MINUSTAH (Haiti) até os dias atuais. O motivo da escolha desse ano se deu por ele representar “um ponto de inflexão na maneira pela qual o Brasil passou a se inserir nas operações de paz, principalmente pela nova postura mais assertiva de política externa, com objetivo de projetar o Brasil, como ator político relevante no sistema internacional” (Villa e Viana, 2010).

2.5 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS MISSÕES DE PAZ

A participação do Brasil em operações de paz é embasada em dispositivos legais, como: a Constituição Federal; a Política de Defesa Nacional; a Estratégia Nacional de Defesa; o Livro Branco de Defesa; e em leis específicas e nos diversos tratados internacionais, que tratam da matéria e dos quais o país faz parte. Segundo Aguilar (2015): “participação nessas operações é considerada como uma missão complementar ou subsidiária das forças armadas”.

Segundo a constituição federal de 1988, as operações de paz têm o amparo legal do Art 4., II, VI, VII e IX:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II - prevalência dos direitos humanos;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 2018).

Pode-se analisar nesse artigo a linha de ação a ser adotada pelo Exército, que é solucionar conflitos de forma pacífica e agir em prol da defesa da paz, dois conceitos bem característicos e desenvolvidos por nossas tropas, nas operações em que participou.

O Exército também pauta suas ações no Manual de Operações de Paz MD34-M-02, cujo capítulo II especifica as missões sob a égide da ONU e deixa claro que o país não participa de missões de imposição da paz (PEO)

2.4.2.1. O posicionamento do Brasil, favorável à cooperação entre os povos e defesa da paz, induziu o País a uma participação ativa nesse cenário, que se manifesta na contribuição com efetivos para as Operações de Paz. Cabe ressaltar que, não obstante contribuir com tropas para atuarem em território estrangeiro, o Brasil cumpre o princípio da não-intervenção, disposto no Art. 4º da Constituição Federal, não participando de missões de imposição da paz, ou seja, quando não há o consentimento das partes beligerantes (BRASIL, 2013)

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Será realizado uma pesquisa exploratória, analisando cada operação realizada e a atuação brasileira nas mesmas, a fim de buscar as consequências advindas da participação nessas operações e a evolução doutrinária do Exército Brasileiro.

3.2 MÉTODO

3.2.1 Análise das missões

O primeiro passo será um estudo das missões mais relevantes, levando em conta o contexto histórico, bem como as resoluções da ONU para elas. Serão analisadas, também, as resoluções e mandatos de missão que amparam as ações, e as consequentes regras de engajamento.

3.2.2 Análise da atuação do Exército Brasileiro

Como próxima etapa, a pesquisa focará a atuação do Exército em cada operação, buscando analisar os pontos positivos e negativos, e as consequências para o Exército Brasileiro, em especial para missões futuras.

3.2.3 Comparação e avaliação

O produto final será uma comparação das fases da atuação brasileira em missões de paz, a fim de verificar a evolução do Exército nessas operações, bem como a repercussão de suas ações, tanto dentro, quanto fora do País. Ao terminar essa etapa, será possível concluir se houve uma melhora sensível a partir do emprego da Força Terrestre, ou até mesmo se não houve mudança significativa, com base na análise das diversas fases nas operações de manutenção da paz.

4 PRIMEIRO PERÍODO

O primeiro período, que pode ser chamado também de primeira geração das operações de paz, tem início em 1947, perdurando até 1967. Foi o grande início brasileiro, no que tange às missões sob a égide da ONU. O Brasil participou de um total de 5 operações, porém apenas uma contemplou o envio de tropa.

Esse período é caracterizado por um momento de transição de missões de monitoramento para ações de *peacekeeping*. “O traço marcante na concepção de emprego das operações de paz OPs estava baseado em não empregar a força nas operações, estando apenas autorizado o uso da força em legítima defesa das tropas da ONU” (RODRIGUES; MIGON, 2017).

É importante ressaltar que as primeiras missões se restringiam ao uso de observadores militares, que monitoravam fronteiras, grande parte das vezes desarmados, caracterizando uma forma de operação presença. Porém, houve também a UNEF I, que caracterizou a primeira PKO, utilizando forças militares para assegurar o andamento dos acordos de paz, evitando o início das hostilidades. “As missões onusianas ocorridas nessa época exerciam a função de monitorar as fronteiras, estabelecendo zonas tampão, depois de ter conseguido o acordo de cessar fogo entre os beligerantes” (MIALL, 1999).

Serão abordadas nesse capítulo as missões ocorridas nos Balcãs e em Suez, por serem as de maior relevância para o estudo do período.

Tabela 1- Operações realizadas na primeira fase e seus respectivos mandatos, tempo de duração e efetivo que participou.

| Operação | Resolução | Efetivo Brasileiro | Duração |
|-----------------|--------------------------------|-------------------------------|----------------|
| UNSCOB | Resolução 109 | 02 observadores militares | 1948 a 1949 |
| UNEF I | Resolução 998 e resolução 1001 | aproximadamente 600 militares | 1956 a 1967 |

Fonte: Autor (2020)

4.1 COMITÊ ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS BÁLCÃS (UNSCOB)

O Comitê Especial das Nações Unidas para os Balcãs (UNSCOB) foi a primeira missão de paz que o Brasil participou. A missão não teve envio de tropas, mas apenas dois observadores militares, sendo um Capitão-Tenente da Marinha do Brasil (John Anderson

Munro) e um Capitão do Exército Brasileiro (Hervé Berlandez Pedrosano) no período de 1948 a 1949. O General Anor Teixeira dos Santos integrou a Comissão de Investigação⁴ da ONU que avaliou os motivos do conflito.

“A UNSCOB foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em outubro de 1947, com o intuito de verificar a situação de guerra civil grega e o conflito na região dos Balcãs, principalmente nas fronteiras da Grécia com a Albânia, com a Iugoslávia e com a Bulgária”. (ANDRADE, *et au.*, 2019). Com o início da Guerra Fria, a Grécia tinha se transformado em frentes de batalha, pois havia um forte movimento de inspiração comunista no país, cujo líder era um General que, junto com 25 mil militares, se opôs ao governo grego. (FORTUNA, 2009)

Os rebeldes refugiaram-se nas orlas montanhosas da fronteira gregas com a Bulgária e Albânia, estando fortemente armados, deram início às ações terroristas como atacar cidades e minar campos, fomentando uma possível guerra civil. O Conselho então enviou uma missão de Verificação de Fatos e, após o relatório dessa missão, foi estabelecido o Comitê Especial das Nações Unidas para os Balcãs (UNSCOB).

Os países-membros participantes da UNSCOB foram Brasil, Estados Unidos, França, China, México, Holanda e Grã-Bretanha. Essa operação de paz pioneira da ONU era constituída por um corpo de observadores e um corpo de delegados. O Brasil contribuiu para essa missão com três oficiais voluntários, sendo um de cada Força Armada.

“O Brasil fez-se representar por meio de militares, que atuavam ao longo das fronteiras da Grécia, e diplomatas, que ficavam em Atenas, capital do país, e em Salônica, sede do Escritório Executivo do Grupo de Observadores das Nações Unidas.” (FORTUNA, 2009).

⁴Comissão de Investigação: comissão especial para verificar a veracidade das acusações de que a Albânia, a Iugoslávia e a Bulgária, então países comunistas, apoiavam os comunistas gregos: fornecendo-lhes armamento, munição e víveres; permitindo-lhes livre trânsito pela fronteira, inclusive com cobertura de fogo quando perseguidos; e franqueando-lhes seu território para finalidades táticas, treinamento e atendimento médico.

Figura 4- Observadores em campo de pouso nas montanhas de Grammos 1948



Fonte: Exército Brasileiro (1948)

A missão se encerrou em 1947, e como uma primeira OP, gerou uma série de ensinamentos tanto para a ONU, como para os países que participaram, inclusive o Brasil. Dentre eles podemos citar a importância da imparcialidade no cumprimento do mandato e o uso da força somente em última instância ou legítima defesa.

4.2 FORÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS I (UNEF I)

A primeira experiência histórica com tropas das Forças Armadas brasileiras em missão de paz das Nações Unidas foi o envio do "Batalhão Suez⁵" para o Egito. Foi enviado um Batalhão de Infantaria de aproximadamente 600 homens (de janeiro de 1957 a julho de 1967), integrando a Força de Emergência das Nações Unidas I (UNEF I), organizada com a finalidade principal de separar as forças egípcias e israelenses. O Brasil exerceu o comando das operações da UNEF I com os Generais de Divisão Carlos Paiva Chaves (janeiro a agosto de 1964) e Syseno Sarmento (de janeiro de 1965 a janeiro de 1966).

A missão ocorreu por conta dos conflitos existentes entre Egito e Israel, pois uma grande área do território egípcio foi invadida pelas tropas israelenses, quebrando o Acordo Geral de Armistício⁶, estabelecida em 1948, por acordos que demarcavam linhas provisórias (também conhecidas como *Green Line*) de separação entre Israel e os países árabes vizinhos. Em 1955 o Egito restringiu a navegação israelense no Canal Suez e Estreito de Tiran, em virtude dos ataques violentos de Israel aos palestinos. As tensões entre os dois países se

⁵ O nome Batalhão Suez era simbólico, já que não tinha vínculo algum com o Canal de Suez e as tropas brasileiras estavam a mais de 200 km de distância do local.

⁶Acordo Geral de Armistício: acordo formal, no qual, partes envolvidas em conflito armado concordam em parar de lutar.

intensificaram ainda mais e a ONU achou por bem criar uma força internacional de emergência, a fim de acabar com os conflitos na região, tendo sido estabelecida em 1956. A resolução 998, juntamente com a resolução 1001, formaram os alicerces legais para o estabelecimento da UNEF.

A Força de Emergência das Nações Unidas foi o elemento-chave dos esforços das Nações Unidas para resolver a crise decorrente da ação militar dos israelenses e das forças anglo-francesas contra o Egito. Foi uma pré-condição para assegurar o cessar-fogo e para permitir a retirada das forças invasoras. Portanto, um objetivo prioritário do Secretário-Geral, depois da aprovação das resoluções legais, foi a constituição de uma força efetiva, acantonando-a no Egito, o mais rápido possível. (AQUINO)

A Atuação da UNEF I foi dividida em quatro fases:

- 1 Retirada das forças anglo-francesas, que apoiavam Israel com o objetivo de comercializar com o Oriente, da região de Port Said;
- 2 Retirada das tropas israelenses da península do Sinai;
- 3 Retirar as tropas israelenses de Sharm-el-Sheikh (faixa na costa ocidental do Golfo de Aqaba que, atualmente, assegura a liberdade de navegação no Estreito de Tiran e no Golfo);
- 4 Ocupar toda a Linha de Demarcação de Armistício (LDA) na fronteira entre Egito e Israel, a fim de monitorar e informar sobre qualquer violação da Linha e manter a paz na região, sendo que essa última fase perdurou por 10 anos na região.

“Em um primeiro momento, os capacetes azuis deveriam garantir o cessar-fogo e assegurar que as Forças Armadas estrangeiras da Grã-Bretanha, da França e de Israel se retirassem pacificamente do Egito. Em um segundo momento, o objetivo das forças da UNEF I era atuar como uma força policial” (ANDRADE, *et au.*, 2019).

Nosso Exército velou por parte da LDA e, segundo relato de Fontoura (2009), a região era densamente povoada e sofria constantes tentativas de infiltração, portanto, o monitoramento da área foi realizado por meio de postos de observação fixos e patrulhas à pé e motorizadas. O serviço da patrulha era pesado, com um itinerário distante, em formação, por quase seis horas ininterruptas. Vale ressaltar, também, que os postos estavam sempre sujeitos a reparos devido às tempestades de areia. “As constantes tempestades de areia faziam com que os soldados, num ponto ou outro dela, estivessem sempre cavando para manter a Linha visível, e tomando todo cuidado para não romper os fios telefônicos que corriam no fundo do fosso, em toda sua extensão” (ZANATTA, 2012).

Figura 5- Soldados recuperam uma valeta coberta de areia devido às tempestades da região



Fonte: Exército Brasileiro (1963)

Zanatta (2012), também relata que o uniforme usado na missão era diferente daquele adotado no Brasil, adequado ao clima desértico. As condições adversas do ambiente operacional impunham um desgaste muito rápido e acentuado ao material oriundo do Brasil. Posteriormente, esse problema foi solucionado com o emprego de material estrangeiro.

Segundo Seitenfus (2015) “o Brasil foi o único país sul-americano que manteve sua contribuição ao longo de toda a missão”. Esse fato demonstra desde o início empenho brasileiro nas missões de paz e o grande esforço tanto do Governo quanto do Exército para se manter na região, pois foram enviados aproximadamente 6.300 homens, divididos em 20 contingentes, que se revezavam a cada seis meses. Foi algo muito grandioso para o Exército Brasileiro naquela época, levando-se em conta as dificuldades na preparação e treinamento dos contingentes, além dos gastos com equipamentos, para que o Batalhão Suez estivesse com sua dotação completa.

Houve um treinamento do pessoal em um programa de nivelamento de instrução, no quartelamento do 2º R. I. e no Campo de Instrução de Gericinó, no Rio de Janeiro. Aqueles contingentes organizados a partir de reservistas e voluntários, passavam por um período curto de preparação, que visava a readaptá-los à vida militar, quando eram ministradas sessões de instrução para atualizá-los e enquadrá-los, durante a permanência no cumprimento da missão. A preparação à instrução consistia em patrulhas, tiro e ordem unida. (ZANATTA, 2012)

Em maio de 1967, o Secretário-Geral solicitou a desmobilização da UNEF I. Com o pedido, diversos países começaram a sua evacuação por meios aéreos, porém o contingente brasileiro se manteve aguardando seus meios de transporte marítimos. Então, em 5 de junho de 1967, o Egito atacou Israel com um grande poder de fogo. Nossas tropas se encontravam

na fronteira entre os dois países, ou seja, estavam expostas a uma possível investida dos dois países beligerantes. “De um lado, os israelenses prontos para atacar e varrer o território árabe; e de outro, os egípcios que os aguardavam. E no meio do fogo cruzado, o 20º Contingente brasileiro” (ZANATTA, 2012).

Os brasileiros passaram 36 horas abrigados, sob fogos das metralhadoras israelenses. Por sorte, o Batalhão Suez manteve-se seguro, diferente da tropa indiana que sofreu dezenas de baixas, pois foram confundidos com árabes pelos israelenses. Nossas tropas foram retiradas em 13 de junho de 1967, e foram recepcionadas em solo brasileiro como verdadeiros heróis.

UNEF I foi um grande exemplo para a ONU de que tropas e operações militares podem surtir um efeito melhor que apenas observadores militares. “Essa operação, que perdurou dez anos, pode ser considerada a transição de uma postura somente de peacemaking das Nações Unidas para novas abordagens de peacekeeping” (ANDRADE, *et au.*, 2019).

4.3 CONCLUSÃO PARCIAL

O Exército Brasileiro demonstrou-se muito capaz e agiu com muita competência em suas primeiras operações sob a égide da ONU. A UNSCOB teve apenas um representante do Exército, contudo, foi uma experiência muito válida tanto para nosso país quanto para a ONU, demonstrando o interesse brasileiro em participar dessas missões de paz. O Brasil assumiu junto à comunidade internacional a responsabilidade de despender recursos internos em prol da paz desde a decisão de participar de uma operação de paz e essa ação representou um modo de concordar com o CSNU em utilizar forças de paz com o intuito de promover a paz e assim minimizar as consequências do conflito evitando o seu agravamento.

É importante ressaltar que a missão da UNEF I exigiu um efetivo extremamente grande (6.300 militares), sendo esse o maior efetivo empregado até 2004, isso por si só, comprova a dificuldade logística enfrentada pelo Exército em preparar, equipar adequadamente e enviar essas tropas para serem empregadas em Suez. “O Batalhão Suez foi suprido com material completo de campanha, incluindo equipamentos motorizados e viaturas fabricadas no Brasil, como os caminhões produzidos pela Fábrica Nacional de Motores” (Zanatta, 2012). É importante ressaltar, também, que o Brasil exerceu o comando da UNEF I com os Generais de Divisão Carlos Paiva Chaves (janeiro a agosto de 1964) e Syseno Sarmento (de janeiro de 1965 a janeiro de 1966), comprovando a qualidade e o sucesso dos

nossos militares nessa importante e grandiosa missão da ONU. O trabalho da tropa também resultou em dois militares brasileiros sendo enviados para outras missões após atuarem em Suez.

No período 1962-1963, dois militares brasileiros que atuavam na UNEF I no Oriente Médio se deslocaram para a Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné (UNSF) para oferecer reforço à missão de paz. Outro militar do Exército, que também atuava pela UNEF I, foi transferido, em julho de 1963, para exercer a função de observador militar na Missão de Observação da ONU no Iêmen – UNYOM (Aguilar, 2015).

A imagem brasileira na ONU de país interessado em questões de resolução de conflitos internacionais, somada ao interesse do então Presidente Juscelino Kubitschek, de projetar o Brasil na arena internacional, foi motivo que impulsionou o Brasil a atuar de maneira expressiva na UNEF I (ZANATTA, 2012).

“O país realizou uma contribuição valiosa para a evolução doutrinária das missões de paz, iniciando uma nova forma de pensar as mesmas” (HILLEN, 1998). Dentre as contribuições, podemos citar a adaptação ao ambiente operacional do deserto, com o qual o soldado brasileiro nunca tinha tido o contato. Para isso foi feita a troca dos uniformes e dos equipamentos brasileiros por material do Exército Indiano (melhor adaptado à região). Podemos citar também a convivência e experiência com exércitos de várias partes do mundo que, segundo Zanatta (2012), foi extremamente enriquecedor, pois gerou um tipo de aprendizado de disciplina e comportamento militar que induziu uma cultura mais operacional e diversificada nos militares brasileiros, acostumados às áreas operacionais latino-americanas.

Para Fontoura (2005), as missões da primeira fase contribuíram com um agregado de experiências para a ONU, que posteriormente resultaram em uma base doutrinária para as futuras PKO. Os fundamentos estabelecidos teriam que ser respeitados para que os problemas fossem resolvidos da maneira mais adequada, segundo a visão das Nações Unidas.

Essas experiências contribuíram para que, em meados dos anos 70, as Nações Unidas somassem rotinas e princípios suficientes para consolidar um arcabouço doutrinário sobre as operações de manutenção da paz. Os mais importantes princípios estabelecidos foram: a importância da manutenção do comando e controle das operações na Organização; a necessidade de celebração de acordos ou de memorandos de entendimento entre a ONU e os Estados anfitriões, bem como entre a ONU e os países que contribuem com recursos humanos e materiais, de modo a regular o relacionamento entre os interlocutores envolvidos; o requisito indispensável do consentimento a ser outorgado por governos legítimos para a presença da operação no terreno; o caráter voluntário da participação dos Estados membros nessas operações; a conveniência de se observar o conceito da universalidade na composição das operações, para reforçar o caráter multilateral da missão; a obediência ao princípio da imparcialidade no cumprimento do mandato, de modo a evitar o envolvimento da missão no conflito; o uso da força em última instância e apenas em caso de legítima defesa; e a posse restrita de armamento, para

as operações não serem vistas como ameaças potenciais por alguma das partes em conflito. (FONTOURA, 2005)

Em suma, a Primeira Fase das missões de paz brasileiras foi um pontapé inicial ousado e os nossos militares participaram com afinco. As tropas de Suez agregaram diversas experiências que contribuíram para as ações futuras do Exército e conferiram credibilidade ao Brasil, no que diz respeito a operações de paz.

4.4 MOMENTO DE ESTAGNAÇÃO

Após o Brasil iniciar, de forma incisiva, a sua participação em operações de paz, demonstrando grande interesse na atividade, houve uma interrupção que resultou em longos anos sem participação em missões de paz. “A partir de 1967, a contribuição brasileira sofreu uma paralisia, não registrando novas participações nas décadas seguintes” (RODRIGUES; MIGON, 2017).

Nosso país ficou sem atuar de 1967 a 1989 e, para Cavalcante (2010), isso se deveu ao regime militar, que se instaurou entre 1964 e 1985, visto que nesse período tinha-se como foco a autonomia nacional, o nacional-desenvolvimentismo e o distanciamento de conflitos internacionais e dos fóruns multilaterais.

“Durante o período da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, os líderes brasileiros rejeitaram as organizações internacionais, vendo-as como figurantes na rivalidade das superpotências e, portanto, como apoiadoras do desequilíbrio do poder global” (DINIZ, 2007)

Podemos entender o regime militar como um período conturbado na geopolítica global e com uma bipolaridade muito forte advinda da guerra fria. A ameaça comunista estava em constante crescimento e houve um combate incisivo por parte do governo contra a subversão e grupos armados que lutavam contra o regime vigente, apoiados por membros do movimento comunista internacional. A conjuntura reinante no campo interno levou a que se evitasse o engajamento de forças na solução de conflitos internacionais.

Em virtude dos fatos mencionados, podemos afirmar que o momento de estagnação nas operações de paz foi uma decisão do governo militar, coerente com a situação que o Brasil passava naquele período. Devido à crise enfrentada pelo país, os esforços foram voltados para o desenvolvimento nacional e solucionar os conflitos internos. “Tal postura mudou durante o retorno à democracia, como resultado da maior consciência da globalização após o fim da Guerra Fria” (DINIZ, 2007).

5. SEGUNDO PERÍODO

. Com o fim da Guerra fria, que proporcionou um monopólio do capitalismo norte-americano e, como consequência, uma crescente globalização o governo passou a utilizar políticas mais direcionadas para as relações exteriores. Segundo Hellen (1998) “o término da Guerra Fria gerou um reaquecimento das atividades da ONU, pois o mecanismo de vetos utilizado pelos EUA e pela ex-URSS, no contexto bipolar, deixou de ser adotado ao término desse período, levando a um aumento da oferta das missões de paz da ONU”. Diante desse cenário, o Exército Brasileiro reiniciou suas atividades, no que tange às missões de paz, participando de uma quantidade expressiva de operações.

O cenário das operações também sofreu alterações com o fim do mundo “bipolar”, pois não existia mais um conflito entre os países adeptos às ideologias comunista e capitalista. “Após a Guerra Fria gerou condições para o surgimento de conflitos que não expressavam mais uma rivalidade entre Estados, mas sim uma fricção no ambiente interno estatal, quer seja nas etnias, nas facções e até em grupos de pessoas que não aceitavam mais viver juntos” (RODRIGUES; MIGON, 2017).

As nossas Forças Armadas participaram de um total de 16 operações sob a égide da ONU e o trabalho irá focar nas de maior vulto, que são: UNAVEM I, II, III e ONUMOZ.

Tabela 2- Operações realizadas na segunda fase e seus respectivos mandatos, tempo de duração e efetivo que participou.

| Operação | Resolução | Efetivo Brasileiro | Duração |
|-----------------|----------------------------------|---|----------------|
| UNAVEM I | Resolução 435 e Resolução 626 | 08 observadores militares | 1988 a 1991 |
| UNAVEM II | Resolução 696 | 08 observadores militares, 09 observadores policiais e 01 unidade médica | 1991 a 1995 |
| UNAVEM III | Resolução 976 | cerca de 4.174 militares | 1995 a 1997 |
| ONUMOZ | resolução 797 | 170 militares | 1992 a 1994 |

Fonte: Autor (2020)

5.1 PRIMEIRA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA (UNAVEM I)

Após sua independência de Portugal (1975), Angola começou a enfrentar uma guerra interna. Os três movimentos de libertação nacional assinaram um acordo com a antiga metrópole que previa um governo de transição. Surgiram então dois blocos rivais, o Movimento Popular para a Libertação da Angola (MPLA), que contava com o apoio de Cuba e da URSS, e a União Nacional para a Independência Total da Angola (UNITA) que, junto com a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), tinha o apoio dos regimes da África do Sul, China e dos EUA. (FORTUNA, 2019).

A declaração de independência foi feita pelos dois grupos, porém sem a transferência formal de poder, dando início à disputa para assumir o país. Cuba apoiou o MPLA com tropas, blindados e aviões de combate, enquanto a UNITA recebia armas e munições da África do Sul (FORTUNA, 2019). “Diante do conflito que estava se estendendo em Angola desde 1975, após sua independência e o início da guerra civil, era necessário estabelecer uma PKO no país” (PERSICI, 2010). Após os beligerantes terem assinado um tratado que punha termo ao conflito, teve início em dezembro de 1988 a UNAVEM I, para monitorar a retirada total das tropas cubanas do território de Angola.

A missão foi estabelecida em 20 de dezembro de 1988, pela Resolução 626 das Nações Unidas. Para Persici (2010), a resolução complementou uma resolução anterior (Resolução 435 de 1978) relativa à independência da Namíbia e à retirada das tropas estrangeiras de Angola

Parágrafo 2. Estabelecer, sob sua autoridade, a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola e solicita ao Secretário-Geral que adote as medidas necessárias para esse efeito, conforme o presente relatório. Parágrafo 4. Decidir que os contratos para o cumprimento da missão entrem em funcionamento assim que o acordo tripartite ente Angola, Cuba e África do Sul de um lado, e o acordo bilateral entre Angola e Cuba, de outro, sejam assinados. (ONU, 1988 – Resolução 626)

Parágrafo 1: Aprovar o relatório do Secretário-Geral na implementação da proposta para um acordo da situação da Namíbia. Parágrafo 2: Reiterar que o objetivo é a retirada da administração ilegal da Namíbia pela África do Sul e a transferência de poder para o seu povo, com a assistência das Nações Unidas, em acordo com a Resolução 385 (1976). (ONU, 1978, Resolução 435)

A missão era integrada por cerca de 70 observadores militares de 10 países, inclusive o Brasil. Foi comandada durante todo o mandato por um general do Exército Brasileiro, o General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes. O Brasil contribuiu com oito observadores

militares para o primeiro mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, de janeiro de 1989 a maio de 1991 (término do mandato).

Figura 6- Primeiro contingente brasileiro



Fonte: exército brasileiro (1989)

De acordo com Fontoura (2009), a UNAVEM I possuía sete equipes de verificação, distribuídas em postos de observação, nos principais portos e aeroportos (Cabinda, Lobito, Luanda e Namibe). Duas dessas equipes permaneciam de prontidão em Luanda, sede da operação, com o objetivo de verificar irregularidades.

Em 1991 conclui-se a repatriação dos militares cubanos com sucesso e é assinado o acordo de Bicesse⁷, que instaurou a paz em Angola. Fontoura (2009) também afirma que a retirada das tropas cubanas impulsionou um processo de abertura da África Austral: Independência da Namíbia, resolução dos conflitos de Moçambique e fim do *apartheid* na África do Sul.

Em suma, podemos dizer que essa operação logrou grande êxito e os observadores cumpriram com êxito a sua missão. O então Secretário-Geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, observou que “o êxito da UNAVEM I mostrava como as missões de paz das Nações Unidas podiam ser úteis para a comunidade internacional, desde que contassem com a cooperação das partes envolvidas para o cumprimento de seus mandatos”.

⁷ Acordo Bicesse: promovido pelo então Secretário de estado dos Assuntos Externos e Cooperação de Portugal, Durão Barroso, o acordo previa as primeiras eleições democráticas em Angola, a integração de todas as forças beligerantes nas Forças Armadas Angolanas e o armistício da guerra civil que tomou o país.

5.2 SEGUNDA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA (UNAVEM II)

A UNAVEM II foi estabelecida em maio de 1991, para verificar as disposições acordadas pelo governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), relativas ao monitoramento do cessar-fogo e da Polícia Angolana. Deveria, também, monitorar a realização das eleições no país, em conformidade com o Acordo de Bicesse.

Com base no acordo, as Nações Unidas deveriam fiscalizar os mecanismos aos quais foi atribuída a promoção de uma pacificação política. O mandato da missão era singular, pois era uma tarefa de “monitorar os monitoradores”, supervisionando, sem intervir, as atividades da UNITA com o Governo Angolano.

A Resolução 696, aprovada pela ONU em 30 de maio de 1991, cria então, a UNAVEM II.

Parágrafo 2. Decide mandar um novo mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (de agora em diante Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II) como proposto pelo Secretário-Geral em concordância com os Acordos de Paz em Angola, e solicitações do Secretário-Geral para que fossem cumpridas as etapas necessárias para esse efeito. (ONU, 1991 – Resolução 696)

O Brasil continuou contribuindo para o segundo mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, de maio de 1991 a fevereiro de 1995, com oito observadores militares, nove observadores policiais e uma unidade médica. Para monitorar as eleições, em setembro de 1992 foram enviados quatro observadores eleitorais (funcionários do Tribunal Superior Eleitoral).

O General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes continuou exercendo o comando do contingente de observadores militares das Nações Unidas, de maio a setembro de 1991, em resposta aos bons serviços prestados na UNAVEM I.

Segundo Cavalcanti (2007), o Acordo de Bicesse previa:

1. O cessar-fogo;
2. O término da assistência militar externa aos dois grupos;
3. O confinamento de todas as tropas em áreas de reunião;
4. A restauração da administração governamental em áreas sob controle da UNITA;
5. A libertação de prisioneiros políticos e de guerra;
6. A formação de novas forças armadas unificadas, chamadas de Forças Armadas Angolanas (FAA);
7. O desarmamento e a desmobilização de tropas;

8. A criação de uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), integrada por representantes da UNITA, do MPLA, de Portugal, da Rússia, dos EUA e da ONU;

9. A neutralidade da força policial;

10. Eleições pluripartidárias e livres, entre setembro e novembro de 1992.

Infelizmente, os objetivos da missão não foram alcançados, e a UNAVEM II foi considerada um fracasso, devido a diversos fatores e acontecimentos, que serão abordados no trabalho.

Figura 7- Seção eleitoral dentro de uma choupana



Fonte: Exército brasileiro (1992)

As eleições de 1992, apesar de terem sido consideradas livres e justas pela ONU, foram o início de um grande caos em Angola, pois a vitória do MPLA gerou indignação por parte da UNITA, que por sua vez, não respeitou os acordos de paz estabelecidos, causando um cenário de destruição e guerra civil. Segundo Percise (2010), “após as eleições, o maior problema para a ONU foi o comportamento da UNITA: rejeição aos resultados das eleições de 1992, violações dos Acordos de Bicesse e progressivo armamento de suas tropas.”

Um grande erro por parte da tropa de paz foi permitir que as tropas da UNITA se mantivessem armadas após o Acordo de Bicesse. Essa situação, segundo Fontoura (2009), levou os guerrilheiros e se aproveitarem do “vazio existente”, por conta da desmobilização das tropas do governo angolano e se fortaleceram ainda mais. Por conta desses fatos, a negociação da paz se tornava cada vez mais uma realidade distante, ao passo que Angola se tornava mais instável.

O Governo angolano, diante da conjuntura, exigiu um empenho maior da ONU na UNAVEM II, pois os objetivos impostos na missão não estavam sendo cumpridos. Em

resposta, o Secretário-Geral das Nações Unidas decidiu concentrar os efetivos da missão na cidade de Luanda, pois não havia mais uma “paz” a ser mantida. (FONTOURA, 2009)

Sofia Marques confirma os fracos resultados obtidos com a falta de um firme e efetivo engajamento entre as partes, para a realização dos termos dos acordos. “Com a aproximação do final de 1991, a comunidade internacional constatava com preocupação as inúmeras deficiências registradas na aplicação das determinações consagradas nos Acordos de Bicesse” (MARQUES, 1993).

O insucesso também resultou de uma série de mandatos que complementavam a UNAVEM II, e mostraram-se ineficientes, até culminar na assinatura do Protocolo de Lusaka⁸ e, posteriormente, o surgimento de uma nova missão de paz.

5.3 TERCEIRA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA (UNAVEM III)

Estabelecida para ajudar o governo de Angola e a UNITA a restabelecerem a paz e lograrem a reconciliação nacional, teve por base os Acordos de Paz para Angola, firmados em 31 de maio de 1991, o Protocolo de Lusaka, firmado em 20 de novembro de 1994 na Zâmbia, e as resoluções do Conselho de Segurança. Moretti (2009) elenca os principais pontos do Protocolo de Lusaka:

1. Reconhecimento da legitimidade dos Acordos de Bicesse de 1991 e do processo eleitoral de 1992;
2. Retomada do cessar-fogo;
3. Retirada, aquartelamento e desmilitarização de todas as forças militares da UNITA;
4. Desarmamento dos civis;
5. Criação das Forças Armadas Angolanas (FAA);
6. Constituição da Polícia Nacional Angolana, com a finalidade de manter a ordem pública e a segurança da população de Angola;
7. Finalização do processo eleitoral por meio da realização do segundo turno, como apontado nos Acordos de Bicesse;
8. Reafirmação da validade dos Acordos de Bicesse;
9. Livre circulação de pessoas e bens;
10. Repatriação de mercenários;
11. Libertação de todos os prisioneiros civis e militares;
12. Anistia geral pelos crimes cometidos por qualquer indivíduo durante a guerra civil;
13. Reconciliação nacional;
14. Ocupação de postos no governo pela UNITA, com cargos de ministros, vice-ministros, embaixadores, governadores e vice-governadores das províncias.

⁸ Protocolo de Lusaka: tratado de paz angolano que tinha como base a desmobilização das tropas do MPLA e da UNITA. O protocolo veio para corrigir alguns défices nos acordos de Bicesse e formar um governo unitário em Angola.

Pode-se observar, que o Protocolo visava a formação de um Governo de União Nacional, a criação de Forças Armadas Angolanas com a inserção dos militares da UNITA e realização do segundo turno das eleições, já que essa foi interrompida em virtude da retomada dos conflitos armados (FONTOURA, 2009). O Protocolo de certa forma foi também um “segundo Tratado de Bicesse”, tendo revivido vários dos pontos abordados no fracassado acordo.

Os termos do protocolo eram monitorados pela Resolução 976 do Conselho de Segurança da ONU, de 8 de fevereiro de 1995:

Parágrafo 1. Autorizar a criação de uma operação de peacekeeping, a UNAVEM III, para auxiliar as partes a restaurar a paz e a alcançar a reconciliação nacional em Angola na base dos “Acordos de Paz”, do Protocolo de Lusaka e das resoluções do Conselho de Segurança relevantes [...].

Parágrafo 10. Declarar a intenção de concluir a missão da UNAVEM III quando os objetivos do Protocolo de Lusaka fossem alcançados em concordância com o seu planejamento e com a expectativa de conclusão em fevereiro de 1997.

Parágrafo 17. Dar as boas-vindas à presença da delegação ministerial da OUA [Organização da Unidade Africana] e destacar a necessidade de uma cooperação continuada entre as Nações Unidas e a OUA na promoção da paz e da segurança em Angola e de uma contribuição das organizações regionais no gerenciamento das crises e na resolução de conflitos. (ONU, 1995 – Resolução 976)

Segundo Percisi (2010), “o custo total foi de 134,980,800 dólares, e teve o apoio militar representado por: Bangladesh, Brasil, Bulgária, Congo, Egito, França, Guiné-Bissau, Hungria, Índia, Jordânia, Kênia, Malásia, Mali, Namíbia, Países Baixos, Nova Zelândia, Nigéria, Noruega, Paquistão, Polônia, Portugal, Romênia, Federação Russa, Senegal, Eslováquia, Suécia, Tanzânia, Ucrânia, Uruguai e Zâmbia”.

De agosto de 1995 a julho de 1997, o Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria (800 homens), uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 oficiais de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde) e aproximadamente 40 oficiais do Estado-Maior para a UNAVEM III. Durante todo o período da missão, o Brasil também contribuiu com 14 observadores militares e 11 observadores policiais. Ao todo foram cerca de 4.174 militares envolvidos na Operação. (FONTOURA, 2009)

Segundo Fontoura (2009), o Brasil chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a Missão que, durante quase dois anos, foi a maior operação de paz das Nações Unidas. A participação brasileira na UNAVEM III fez com que o Brasil ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte de tropas para operações de paz das Nações Unidas.

A fim de compensar o fracasso da operação antecessora, a UNAVEM III obteve maiores recursos e atuou com mais poder, ao obter o mandato para monitorar o desmembramento das tropas da UNITA nas áreas designadas e para se envolver em seu desarmamento (PERCISI, 2010). “Foi, em grande medida, para compensar o fracasso da

segunda missão em Angola que a ONU decidiu montar uma das maiores operações de apoio à paz em África”. (PUREZA et al, 2009)

O centro de Angola era o palco de diversos combates, pois a UNITA tinha dominado muitas áreas. Fontoura (2009), descreve que nosso Exército instalou bases em Kuito (sede da Companhia de Comando e Apoio, da Companhia de Serviços e de uma das Companhias de Infantes do Exército), Andulo (Companhia de Fuzileiros do Exército) e Luena (Companhia de Fuzileiros do Exército). Também foram montados postos de controle Camacupa, Cune e Catabola, regiões, essas, próximas de Kuito.

Figura 8- Tropa brasileira na coleta e vigia de armamentos pesados



Fonte: Exército Brasileiro (1995)

As tropas brasileiras tinham como objetivo principal a “segurança nos centros de acantonamentos da UNITA para fins de desarmamento e desmobilização, proteger comboios, realizar patrulhas à pé, vigiar depósitos de armamento e munição, fiscalizar terrenos por meio de postos de controle” (FONTOURA, 2009). Iniciativas de caráter cívico-social como reforma de escolas, campanhas de vacinação, competições desportivas e ajuda humanitária também foram realizadas a fim de conquistar a confiança da população e diminuir o sofrimento.

A Engenharia do Exército Brasileiro desempenhou um papel de destaque na UNAVEM III, realizando a recuperação da infraestrutura física e garantindo a livre circulação de bens e pessoas. Dentre suas tarefas estavam a recuperação de pontes e estradas destruídas pelo conflito; reforma de instalações, muros e locais públicos e transporte de ajuda humanitária (FONTOURA, 2009). Outra atribuição da Engenharia era a desminagem, focada apenas em necessidades imediatas⁹.

⁹ Haviam empresas civis responsáveis pela desminagem em toda Angola. Estima-se que mais de 10 milhões de minas foram lançadas de forma indiscriminada no país, fruto da guerra da independência e o conflito interno. O Exército Brasileiro possuía apenas pequenos grupos de desminagem para tarefas de urgência.

“É importante ressaltar seu caráter de operação de paz que já trazia consigo preocupações vinculadas não somente às questões militares, mas também àquelas de cunho humanitário e de desenvolvimento sustentável, como aponta o relatório de progresso da missão, em 1997” (ANDRADE *et al*, 2019).

As atividades humanitárias no país continuaram a dar enfoque no processo de desmobilização, na aceleração da reintegração social de ex-combatentes e de seus dependentes, assim como na reconstrução de serviços básicos de modo a absorver grandes influxos populacionais. (...) as principais atividades da Missão de Observação, além das contínuas tarefas militares, é o foco nos aspectos políticos, de polícia e de direitos humanos, assim como em programas humanitários e de informação pública, com uma perspectiva de criar condições de estabilidade política, econômica, social e de desenvolvimento sustentável (UNSC, 1997).

O esforço para que essa missão desse um rumo decisivo para a paz Angolana foi grande por parte de toda a UNAVEM III, porém houve uma série de fatores que culminaram em mais um fracasso. Percise atribui, como um dos grandes problemas que surgiram, a ausência do Líder rebelde da UNITA (Jonas Savimbi) durante a assinatura do Protocolo de Lusaka. “Com essa atitude do líder da UNITA, criou-se um sentimento generalizado de descaso com o Protocolo de Lusaka por parte do grupo e entendeu-se como um protesto de Savimbi, o que muito prejudicou os Acordos de Bicesse” (PERCISE, 2010).

A UNITA pode ser considerada o principal agente que corroborou para o insucesso da missão. Mesmo assinando acordos, o exército rebelde não os cumpria, e relutava para que não fosse desarmado (principal fator que impedia o desenrolar da paz). “A missão não alcançou seus objetivos, e Angola continuou presenciando disputas militares, áreas com minas terrestres e a invasão de cidades pela tropa de Savimbi” (PERCISE, 2010).

O desmembramento do exército da UNITA e do MPLA e os objetivos do Protocolo de Lusaka não foram alcançados. Diante desse fato, as Nações Unidas substituíram, em junho de 1997, a UNAVEM III e deu início à Missão de Observação das Nações Unidas em Angola.

Fortuna afirma que mesmo com o fim da operação, o Brasil continuou mantendo a Cia de Engenharia em Angola por uma iniciativa do nosso governo de cooperar na reestruturação daquele Estado.

No campo da cooperação voltada para a consolidação da paz, merecem especial registro as negociações realizadas em 1997 para o estabelecimento de uma Missão de Cooperação Militar em Angola. A origem da iniciativa remonta à visita realizada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a Angola, em novembro de 1996. Na ocasião, o senhor Presidente da República, em atendimento à solicitação do Presidente José Eduardo dos Santos, manifestou a disposição brasileira de manter uma companhia de engenharia reforçada naquele país, após a retirada da UNAVEM III, de modo a colaborar efetivamente para a reconstrução nacional angolana. A missão militar seria composta por pessoal e material mobilizados pelo Ministério do Exército — agora Comando do Exército — e contaria com um escritório de ligação, uma companhia de engenharia e um destacamento de saúde (FONTOURA, 2005).

5.4 OPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM MOÇAMBIQUE (ONUMOSZ)

Em 1974, é instaurado um regime de cunho socialista em Portugal, graças à Revolução dos Cravos¹⁰. Como consequência, houve um processo de libertação das colônias portuguesas. Nesse contexto, Moçambique alcança a sua independência, após um período de transição, e um movimento de libertação conhecido como FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) assume o governo do país (FONTOURA, 2009).

Contudo, a FRELIMO possuía desavenças com outro grupo armado do país, a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana). Isso gerou uma guerra interna, que perdurou graças ao apoio de potências com interesses divergentes durante a guerra fria. Conseqüentemente, houve um número expressivo de mortes, três milhões de deslocados internos e 1,7 milhões de refugiados, além do desmantelamento socioeconômico da jovem nação (FONTOURA, 2009). “Moçambique foi palco de uma guerra civil pós-independência que se iniciou em 1977 e durou dezesseis anos, com confrontos diretos e violentos entre o partido da situação, Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e o partido de oposição, Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)” (ANDRADE, *et au.*, 2019).

Em 1992, com a mediação da igreja Católica e da Itália, foi alcançado um acordo de paz entre FRELIMO e RENAMO, e a ONU foi convidada a supervisionar o processo de desarmamento dos beligerantes e recuperação do país. Graças a essa situação, as Nações Unidas aprovaram a resolução 797, dando início à Observação das Nações Amigas em Moçambique.

Facilitar imparcialmente a implementação do Acordo, especialmente presidindo a Comissão de Supervisão e Monitoramento e suas outras comissões subordinadas; monitorar e verificar o cessar-fogo, a separação das forças, sua desmobilização e a coleta, armazenamento e destruição de armas; monitorar e verificar a retirada completa das forças externas assim como dos grupos privados e irregulares; autorizar arranjos de segurança para infraestrutura vital; prover segurança para a ONU e para outras atividades em andamento durante o processo de paz; garantir assistência técnica para monitorar todo o processo eleitoral; coordenar operações de assistência humanitária, particularmente em relação aos refugiados, pessoas internamente deslocadas, pessoal militar desmobilizado e população local afetada, e presidir o Comitê de Assistência Humanitária (ONU, 1992, Resolução 797).

¹⁰Revolução dos Cravos: conhecida também como Revolução 25 de abril, refere-se ao evento em Portugal ocasionado por um movimento político e social que depôs a ditadura, vigente desde 1933, e iniciou o processo de democratização do país.

“Após novas divergências entre as partes, o Conselho de Segurança interveio e aprovou a ONUMOZ, garantindo que o Acordo Geral de Paz entre as partes fosse selado” (ANDRADE, *et au.*, 2019). O mandato, segundo Fontoura (2009), abrangia cinco vertentes: política, militar, policial, humanitária e eleitoral.

Para a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), foi enviada uma Companhia de Fuzileiros Pára-queda (entre julho e dezembro de 1994) com 170 militares (Aguilar, 2015). Além da Cia Fuz Pqdt, o Brasil também enviou à missão moçambicana 26 observadores militares, 67 observadores policiais e uma unidade médica. O General Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva exerceu o comando militar da operação entre 1993 e 1994, e segundo Kenkel (2015), isso demonstra a extensão do compromisso brasileiro com o processo de paz em Moçambique

Os observadores atuavam desarmados e em grupos de cinco, principalmente nos quartelamentos, espalhados por Moçambique. Foram supervisionados cerca de 80 mil combatentes (60 mil do governo e 20 mil da guerrilha) no processo de recolhimento de armas e desmobilização da tropa. Outra função dos observadores era verificar a dissolução de grupos armados por parte do governo e pela RENAMO além de retirar tropas do Zimbábue e do Maláui que estavam protegendo os corredores¹¹ de acesso ao Oceano Índico, que foram bloqueados devido à guerra interna. (FONTOURA, 2009).

As tropas paraquedistas ficaram responsáveis pela província de Zambrésia, onde atuavam grupos irregulares que fustigavam a população. Eram realizadas patrulhas motorizadas, com uso de veículos blindados (Urutu e Cascavel), e a pé, velando pelo depósito de armas recolhidas e sempre prontos para atuar contendo possíveis levantes dos militares nos centros de acantonamento. Ademais, o contingente prestou assistência médica e distribuição de alimentos para a população, essas ações, segundo Fontoura (2009), são lembradas até hoje e foram incorporadas ao imaginário popular da região.

A ONUMOZ transcorreu de forma bem-sucedida e as eleições de 1994 coroaram o término da missão. O Conselho de Segurança das Nações Unidas visitou, sob a chefia do Embaixador Ronald Mota Sardenberg, a operação e a base brasileira em Mocuba, onde pode ser observado o empenho da tropa brasileira em preservar a paz na Zambrésia.

A manifestação da vontade do povo moçambicano ocorreu no final de 1994 com a realização de eleições gerais, conduzidas sob controle das Nações Unidas. A assunção das novas autoridades colocou um termo a este drama e demonstrou o

¹¹ Os corredores de acesso ao Índico eram indispensáveis para o abastecimento e escoamento de produção dos países africanos sem litoral no continente Africano. Eles compunham uma extensa malha rodohidro-ferroviária que atraíam a atenção de grupos armados por conta das cargas movimentadas (FONTOURA, 2009).

acerto da contribuição brasileira. Contudo, restava ainda a luta contra as doenças tropicais, a desativação de mais de dois milhões de minas e a reconstrução de sua economia. (SEITENFUS, 2015)

Figura 9- Serviço médico sendo realizado durante as rondas da tropa brasileira



Fonte: Exército Brasileiro (1994)

Segundo Fontoura (2009), Moçambique, país ao qual estamos vinculados por afinidades históricas e culturais, tornou-se importante parceiro econômico e comercial, e recebeu cooperação técnica brasileira em campos diversos, integrando, com o Brasil, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

5.5 CONCLUSÃO PARCIAL

Ao analisar a atuação brasileira na segunda fase, pode-se afirmar que houve uma evolução sensível em relação ao emprego da tropa em missões de paz. As ações, que antes eram apenas de caráter militar, passaram a ter também um cunho humanitário, além de envolver novos tipos de operações como a desminagem. As missões, segundo Bigatão (2007), passaram a ficar cada vez mais complexas, abarcando várias funções e atividades como mandatos orientados à prestação de ajuda humanitária, verificação da situação dos direitos humanos, policiamento ostensivo, supervisão de eleições, auxílio à administração pública, restauração da infraestrutura e do setor econômico, além dos objetivos tradicionais. Para Seitenfus (2015), “a característica importante desse período se apoia no aumento das tarefas e

atividades da ONU no país hospedeiro, sem recebimento do devido apoio estrutural, jurídico e financeiro por parte do CSNU para dar cabo dessas múltiplas demandas”.

Na UNAVEM III, a participação da Cia Eng foi crucial para a operação, construindo pontes e estradas no intuito de restabelecer as vias de acesso e prover infraestrutura a Angola. Estas tarefas, caracterizadas como *Peace Building Operation* (PBO), eram inéditas para o Exército Brasileiro, porém foram executadas de forma extremamente competente pela engenharia brasileira. Segundo dados de Fontoura (2009), foram cobertos cerca de 2.800 km de estradas, executando construções, melhoramentos e reparações; foram montadas seis áreas de acantonamento; limpo o terreno de oito heliportos; lançou-se 11 pontes de diferentes tipos no terreno e foram desativadas cerca de 1218 minas.

As tropas de saúde também se destacaram nas operações ONUMOZ e UNAVEM III, prestando auxílio humanitário e atendimento médico e odontológico. Fontoura (2009) afirma que na UNAVEM III os Postos de Saúde executaram cerca de 3.200 atendimentos médicos, 2.500 atendimentos odontológicos e 350 cirurgias, além do que, por mês, eram feitos em média 570 procedimentos laboratoriais e 1.600 exames radiológicos.

No que tange às tropas convencionais, houve uma sensível mudança, se comparado à primeira fase. Os contingentes passaram a contar com equipes de desminagem, que foram de extrema utilidade, principalmente na UNAVEM III e ONUMOZ, e o apoio da engenharia para mobilidade das tropas. É importante destacar também a participação de Generais brasileiros no comando das operações, que tiveram a complexa missão de estruturar e harmonizar forças, que congregavam contingentes de países de doutrinas e culturas diversas.

Kenkel (2012), afirma que um novo modelo de participação brasileira em missões da ONU começava de forma acanhada, mas ciente do papel que poderia ter na composição de uma política externa mais ambiciosa, prestativa e global, o que pôde ser visto nas participações nas sucessivas OP em Angola.

Como consequência geopolítica, podemos ver o Brasil estreitando os seus laços com os países de língua portuguesa, como é o caso de Moçambique e Angola, fazendo com que eles se tornassem grandes parceiros políticos e econômicos, conforme descrito pelos autores Seitenfus (2015) e Fontoura (2009).

A composição demonstra o caráter multidisciplinar da intervenção brasileira. Com efeito, além de uma atuação estritamente militar, muitas ações comunitárias foram realizadas nas áreas de saúde, de educação e desporto e na recuperação da malha rodoviária. O Brasil foi o primeiro a reconhecer Angola independente e sentiu-se solidário, moral e politicamente, a prestar seu concurso para pôr fim a hecatombe (SEITENFUS, 2015).

Podemos concluir que o maior legado brasileiro nessa fase de operações foram, principalmente, as ações humanitárias, nas quais o Exército fez um ótimo trabalho e tratou de forma muito amistosa a população local, ganhando muito respeito e apoio popular. O Brasil ter sido considerado o quarto maior contribuinte de tropas para missões sob a égide das Nações Unidas foi algo extremamente positivo, que contribuiu para uma projeção do Exército Brasileiro no âmbito internacional pois, segundo Fontoura (2005), “grandes países doadores de equipamentos e recursos financeiros, dentre os quais o Brasil não se inclui, capitalizam menos simpatia e reconhecimento do que os que mantêm homens no campo, como o Brasil”.

6 TERCEIRO PERÍODO

Depois de analisar os dois primeiros períodos, chegamos ao ápice da participação do Exército Brasileiro em missões de paz. O terceiro período é o mais complexo e onde a tropa brasileira mais se destacou, principalmente na grande missão que ocorreu no Haiti, onde o Brasil operou por longos 13 anos. Vale salientar que essas missões têm como base do seu mandato, o capítulo VII da Carta das Nações Amigas, no qual pode-se verificar o que se segue:

Artigo 39. O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

(...)

Artigo 41. O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

Artigo 42. No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas. (ONU, 1945)

O Artigo 42 autoriza a utilização da força nas operações, dando aval para operações de caráter mais ofensivo, se necessário for, para a obtenção ou reestabelecimento da paz.

Abordaremos três operações consideradas mais relevantes ao trabalho: a Força Internacional para o Timor-Leste (INTERFET), a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO).

A relevância da INTERFET, segundo Hamann (2016b), se dá pelo fato de “ser a primeira vez que o Brasil enviou tropas para uma missão de capítulo VII, e não somente militares individuais”. Por conta disso, será verificado o comportamento do Exército Brasileiro nessa operação e suas repercussões para a próxima operação, a MINUSTAH.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, por ser a de maior vulto, será analisada em todas as suas fases. Nela houve uma importante mudança da postura brasileira referente à participação, com tropas, em operações robustas, orientadas pelo capítulo VII da Carta da ONU. Segundo Andrade (*et au.*, 2019), “É importante ressaltar que, desde 1990, o Brasil enviou seus nacionais a cerca de 75% de todas as missões sob o capítulo

VII, autorizadas pelo Conselho de Segurança”. Tal fato evidencia a mudança do *modus operandi* brasileiro, que passou a fazer maior uso da força em suas PKO.

Figura 10- Militares brasileiros em um patrulhamento durante a MINUSTAH



Fonte: ONU (2010)

A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), apesar de não envolver contingente brasileiro, foi a maior operação realizada pela ONU, até os dias de hoje, esta merece destaque graças à participação do General Santos Cruz no comando da PEO. Segundo Rodrigues e Migon (2017), a designação do general brasileiro para chefiar a MONUSCO foi feita diretamente pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, numa tentativa de superar os desafios de desmoralização da instituição naquele país.

Tabela 3- Operações realizadas na terceira fase e seus respectivos mandatos, tempo de duração e efetivo que participou.

| Operação | Resolução | Efetivo Brasileiro | Duração |
|-----------------|------------------|---------------------------|----------------------|
| INTERFET | Resolução 1264 | 50 militares | 1999 a 2002 |
| MINUSTAH | Resolução 1542 | 18.422 militares | 2004 a 2017 |
| MONUSCO | Resolução 2053 | - | 2010 aos dias atuais |

Fonte: Autor (2020)

6.1 FORÇA INTERNACIONAL PARA O TIMOR-LESTE (INTERFET)

Segundo Fontoura (2009), a controvérsia internacional sobre a condição política do Timor-Leste só começou a ser resolvida após a assinatura, em 1999, de três acordos por parte da Indonésia, de Portugal e do Secretário-Geral das Nações Unidas, na cidade de Nova

Iorque. Os acordos visavam o direito de autodeterminação dos timorenses, mediante consulta popular que seria organizada pela ONU.

A ONU estabeleceu, então, a Missão das Nações Unidas no Timor-Leste (UNAMET), com o objetivo de auxiliar no processo de independência e assumindo inteiramente a administração do país, para evitar um “vácuo” no poder. A missão era composta de civis, oficiais de ligação e policiais.

O plebiscito foi realizado com sucesso e, segundo Fortuna (2009), a maioria dos votantes (78,5%) manifestaram-se a favor da independência e rejeitaram a proposta de “autonomia limitada” apresentada pela Indonésia. Os resultados provocaram grandes distúrbios provenientes dos grupos pró-Indonésia, que passaram a realizar saques, provocar incêndios e mortes, com o apoio velado de tropas da Indonésia.

Com a violência ocorrida no Timor Leste em setembro de 1999, a ONU desdobrou a Força Internacional do Timor Leste (INTERFET) para restaurar a segurança do país, já que a UNTAET não estava preparada para esse tipo de ação. O Brasil participou com um Pelotão de Polícia do Exército com 50 militares e um oficial superior comandante do contingente brasileiro. A tropa permaneceu integrando a força militar da UNTAET (entre 1999 e 2002), tendo sido aumentada para setenta militares. Com a criação da Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste (UNMISSET), o Brasil manteve a tropa, aumentando o efetivo para 125 militares.

Figura 11- Pelotão de Polícia do Exército em Townsville



Fonte: Exército Brasileiro (1999)

Após ser mobilizado, o contingente brasileiro foi enviado, por meio de uma aeronave da Força Aérea, para a cidade Townsville, na Austrália, onde recebeu um nivelamento de instrução de 13 dias. “Os militares receberam orientações sobre suas atribuições básicas no Timor-Leste: prover segurança às instalações e locais estratégicos, colaborar com o controle de trânsito e servir de escolta de autoridades” (FORTUNA, 2009). Os brasileiros também

tiveram que adaptar o seu equipamento aos da força multinacional. É o caso, por exemplo, dos rádios, que precisam operar nas mesmas frequências dos demais exércitos.

O Exército Brasileiro desembarcou na capital do Timor-Leste (Díli), em outubro de 1999, e deparou-se com um cenário caótico de prédios queimados, uma população assustada e soldados fortemente armados rondando pela capital. Além disso, as instalações onde a tropa se abrigou não estavam em condições adequadas e o abastecimento de água era precário. Porém, segundo Fortuna (2009), a situação normalizou-se em dezembro, com criatividade, disposição e sacrifício.

Dentre as missões executadas pela tropa brasileira, estava a de proteger autoridades, entre elas estavam Xanana Gusmão, José Ramos-Horta e o Bispo dom Carlos Ximenes Belo. Era feita, também, a vigilância do Centro de Detenção, do mercado central, do Aeroporto de Comoro e do porto. Escoltas de comboios humanitários e avaliação das condições de trafegabilidade de vias também foram realizadas pelo Exército Brasileiro, em prol da reestruturação do país.

“Com o fim da violência e a retirada das tropas indonésias, foi criada, em fevereiro de 2000, a Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor-Leste (UNTAET) sob a chefia de Sérgio Vieira de Mello, com a qual o Brasil decide colaborar para o nascimento e a consolidação deste novo país” (SEITENFUS, 2015)

A INTERFET foi uma operação muito bem-sucedida e o contingente brasileiro realizou um excepcional trabalho no cumprimento de sua missão. Pode-se levantar como aspectos positivos o preparo da tropa brasileira, que segundo Fontoura (2009), foi mobilizada em apenas uma semana e realizou, durante a operação, uma triagem nos pontos de entrada do Timor-Leste, para evitar que milicianos pró-Indonésia, disfarçados de refugiados, se infiltrassem no país. Os agentes de saúde do contingente brasileiro também tiveram um destaque especial, prestando apoio legista no exame de cadáveres encontrados em covas rasas.

Como fatores doutrinários importantes da Força Terrestre Brasileira, pode-se elencar o envio de tropas e aviões que colaboraram para a elaboração de uma doutrina de operações conjuntas. Outra contribuição foi o emprego das tropas brasileiras em operações de garantia da lei e da ordem, agregando grande experiência nesse tipo de missão que, até então, era algo pouco executado pelo Exército Brasileiro. “Em função da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aliada a finalidades do envio das tropas à INTERFET, apercebeu-se da necessidade de evolução doutrinária nos aspectos relacionados não somente às ações subsidiárias - contidas na LC nº97, de 1997-; mas também às operações de Garantia da Lei e da Ordem” (PIZZINATTO, 2018).

6.2 MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH)

Ao longo da década de 90, o Haiti passava por uma grave crise política e econômica que, apesar dos esforços da ONU e OEA, não apresentou melhora. O ponto crucial dessa crise ocorreu em fevereiro de 2004, quando uma rebelião promovida por policiais e ex-militares ocasionou uma violência generalizada, seguindo rumo à capital, para derrubar o presidente Jean-Bertrand Aristide. Segundo Fontoura (2009), “temia-se um eminente banho de sangue que, além de provocar mais mortes e destruição, levaria o país ao colapso”.

A pressão gerada resultou na renúncia do presidente, que acabou fugindo do país e o presidente da Suprema Corte, Bonifácio Alexandre, assumiu o cargo interinamente. “Bonifácio requisitou, de imediato, assistência das Nações Unidas para apoiar uma transição política pacífica e constitucional, mantendo a segurança interna” (FONTOURA, 2009)

Em 29 de fevereiro de 2004, as Nações Unidas estabeleceram, por meio da resolução 1.529/2004 do CS, a Força Multilateral Interina para o Haiti (FMIH), comandada pelos Estados Unidos e reunida às pressas, em razão da vacância do poder no Haiti, decorrente da partida do Presidente Jean-Bertrand Aristide.

A FMIH foi substituída, a partir de 1º de junho, pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), operação essa, de manutenção de paz multidimensional¹². Criada pela Resolução 1.542 (2004) do Conselho de Segurança, foi encabeçada pelo Brasil, que participou comandando as tropas e contribuindo com 1.200 militares, distribuídos em um Batalhão de Infantaria (Batalhão Haiti) e uma Companhia de Engenharia do Exército. Além do Brasil, houve também a participação de contingentes da Bolívia, Argentina, Equador, Chile, Guatemala, Uruguai, Peru e Paraguai, porém vale ressaltar que o Brasil foi o primeiro país da MINUSTAH a entrar no Haiti e dar início à operação de paz. (BARBOSA JUNIOR, 2017)

O mandato da operação era assegurar um ambiente democrático propício para instituir o Estado de direito, ajudar a reformar a força policial haitiana, reforçar o aparato judiciário, promover a transição governamental, garantir o desarmamento, a desmobilização e a reintegração, promover e proteger os direitos humanos, garantir a saúde pública e sanitária,

¹² Operação de Paz Multidimensional: aquelas cujo mandato prevê não apenas a observação de um cessar-fogo ou o cumprimento de acordo de paz, mas também funções como facilitação de processos políticos, proteção de civis, assessoramento de processos de desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes, auxílio na organização de eleições, proteção e promoção dos direitos humanos e contribuição para o restabelecimento do estado de direito.

prevenir e controlar o HIV/Aids e coordenar a assistência humanitária proveniente de organizações não governamentais (ONGs) e outras agências no Haiti (ONU, 2004).

“O preparo inicial das tropas brasileiras – entre fevereiro e maio de 2004 – e o desdobramento no Haiti – entre maio e dezembro de 2004 – foram processos extremamente complexos, com curto período e focando na necessidade premente de substituir a FMIH” (BARBOSA JUNIOR, 2017).

De acordo com o almirante Ilques, o enfoque do planejamento, treinamento e ação de desdobramento na MINUSTAH se deu em relação às questões de interoperabilidade – entre Marinha, Exército e Força Aérea, por exemplo –, prontidão – baseado no capítulo VII da Carta da ONU –, logística de material e pessoal, comunicação social durante a ação, fortalecimento do relacionamento interinstitucional e conhecimento sociocultural haitiano. (BARBOSA JUNIOR, 2017).

O comando brasileiro dedicou-se a pôr ordem no país e procurou ao máximo não cometer erros de missões anteriores que ocorreram no Haiti, cujos mandatos, no geral, buscavam estabelecer e fortalecer a polícia local e justiça nacional. A estratégia da operação baseou-se na presença militar constante em zonas com o maior grau de risco (Cité Solei, Bel Air, Cité Militaire entre outras). A base de operações se situava em Porto Príncipe e as operações se iniciavam com o cerco das áreas perigosas e, posteriormente, a tropa avançava, tomando o terreno, quadra a quadra, até prender e expulsar as gangues locais. Também eram realizados patrulhamentos motorizados e a pé, instalação de postos fixos, ademais, instalação de barreiras de controle, tudo com a finalidade de aumentar a segurança nas regiões conquistadas (FONTOURA, 2009).

Em paralelo com as atividades militares, eram substituídas regularmente atividades de cunho cívico-social, como, atendimento médico e odontológico, distribuição de roupas, água e alimentos, além de buscar a manutenção das escolas através da doação de livros e materiais escolares. A Companhia de Engenharia também realizou diversos trabalhos voltados para a limpeza e conservação de estradas, como a desobstrução e pavimentação, perfuração de poços artesianos e reforma de instalações julgadas importantes pelo governo haitiano (FONTOURA, 2009).

Imagem 12- Militares brasileiros patrulhando as ruas de Porto Príncipe.



Fonte: ONU (2010)

Segundo Seitenfus (2015), “o objetivo central da MINUSTAH durante o período de transição foi o de tornar possível a livre expressão da vontade do povo haitiano na escolha de seus novos dirigentes”. A participação no 1º turno das eleições presidenciais e legislativas de 7 de fevereiro de 2006 alcançou o patamar histórico de 63% do total dos inscritos. Jamais houve votação no Haiti que alcançasse tal percentual de participação, já que esta dobrou se considerada a média histórica. “Trata-se de uma vitória de todos aqueles que trabalharam com denodo para que o povo haitiano se autodeterminasse” (SEITENFUS, 2015)

A realização do pleito de 7 de fevereiro de 2006 propiciou a substituição do Governo Provisório, imposto pelos Estados Unidos e a ONU, por outro resultante da vontade dos eleitores. Com o novo presidente eleito, René Préval, conclui-se o período de consolidação da democracia, tornando-se o foco principal o desenvolvimento econômico e social do país e o fortalecimento do Estado e de suas instituições (FONTOURA, 2009).

A MINUSTAH, diante da limitação de recursos haitianos, desempenhou funções de defesa civil. Dentre essas funções está o trabalho de resgate, primeiros socorros e assistência as às vítimas e aos desabrigados na ocorrência de tempestades e furacões, comuns no segundo semestre do ano. É importante ressaltar que em 2010 ocorreu o trágico episódio do terremoto que matou por volta de 300 mil pessoas (incluindo militares brasileiros), e agravou a situação de miséria no país. O trabalho da MINUSTAH nesse período foi intenso, principalmente da Engenharia e do corpo de Saúde, no resgate e na reestruturação do país.

Outro grande desafio na área humanitária foi decorrente dos inúmeros desastres ambientais que assolaram o país no primeiro ano da missão e que se repetiriam nos anos subsequentes. Tais situações exigiram dos contingentes enorme esforço de coordenação para prover ajuda humanitária de emergência, ao mesmo tempo em que mantinham a concentração mínima nas tarefas de segurança e estabilização (BARBOSA JUNIOR, 2017).

Podemos descrever a MINUSTAH como a missão mais complexa que o Brasil participou e também a missão na qual a tropa brasileira mais se destacou e atuou. Nota-se que o Haiti registra o maior contingente brasileiro em missões de paz de toda história, contando com 18.422 militares. Além disso, “uma série de oficiais generais brasileiros lideraram o componente militar da MINUSTAH desde 2004, na qualidade de seu Force Commander. Não há no histórico de OPs precedentes de o comando militar permanecer nas mãos de um mesmo país por tanto tempo. O habitual, em outras PKOs, é o rodízio entre países” (SEITENFUS, 2015).

Do ponto de vista geopolítico, a atuação brasileira recebeu amplo reconhecimento internacional, graças à ação de comando, competência profissional e espírito de solidariedade das suas tropas. Segundo Barbosa Junior (2017), “como consequência direta deste reconhecimento internacional da competência militar brasileira, constatamos que aquela organização decidiu designar um General brasileiro para assumir o comando da Força Militar da difícil Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo” (BARBOSA JUNIOR, 2017).

Analisando a questão operacional da atuação brasileira na MINUSTAH, pode-se concluir que o uso da força (Capítulo VII) foi um grande desafio, principalmente pela falta de experiência da tropa brasileira. Porém, após um breve período de adaptação, o Brasil conseguiu mudar a sua postura e atuar de forma mais assertiva, recorrendo ao recurso da força de forma bem intensa. “Tal situação representou, de forma bastante pragmática, uma clara mudança de paradigma em relação à atuação brasileira anterior nas operações de paz, nas quais a participação ocorria apenas em operações amparadas apenas no Capítulo VI” (BARBOSA JUNIOR, 2017)

A MINUSTAH proporcionou um grande desenvolvimento do Exército Brasileiro, que ainda não possuía uma doutrina que incorporasse os conceitos próprios dos combates contemporâneos. Com o decorrer da missão foram introduzidos conceitos de proteção do combatente; minimização de danos colaterais sobre as populações; a opinião pública como importante fator para a vitória; o domínio da “consciência situacional”; e a presença de atores não governamentais (PIZZINATTO, 2018).

Os 13 anos que o Brasil atuou no Haiti foram repletos de aprendizados e lutas, mas também de muitas conquistas, que demonstraram ao mundo o potencial do combatente brasileiro. “Apesar do caminho ter sido penoso e muitas vezes entremado de tragédias e incompreensões, o Brasil jamais esmoreceu e não desmereceu a confiança depositada pela comunidade internacional e pelo povo haitiano” (SEITENFUS, 2015).

6.3 MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO)

A partir de 1994, a República Democrática do Congo (RDC) passou por diversos conflitos internos, por questões étnicas entre tutsis e hutus que migraram após o genocídio em Ruanda e passaram a ocupar região leste do país. “É de suma importância citar que, embora este fluxo de refugiados viesse causando uma visível situação de desconforto na sociedade congoleza, o governo de Mobutu nada realizou em termos de política de controle migratório” (VALENZOLA, 2013). As desavenças entre tutsis e hutus com os congolenses tomaram proporções caóticas que levaram a duas guerras civis, nas quais países vizinhos apoiavam militarmente os grupos armados que se opunham ao governo.

Nesse contexto, em 30 de novembro de 1999, foi criada a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), tendo como objetivo inicialmente a observação do cessar-fogo e do desengajamento de forças e manter contato com todas as partes do Acordo de Cessar-fogo. Posteriormente, em uma série de resoluções, o Conselho expandiu o mandato da MONUC para a supervisão da implementação do Acordo de Cessar-fogo e designou várias tarefas adicionais relacionadas.

Em março de 2003, após a mediação da ONU, foi assinado o *Global and All Inclusive Agreement*, um tratado que propunha que o presidente (Joseph Kabila) permanecesse no poder, porém seria assessorado por quatro vice-presidentes: um seria representante da MLC¹³, outro da RCD¹⁴, outro da oposição política e outro da sociedade civil (VALENZOLA, 2013).

Em maio de 2010, o Conselho de Segurança, aprova a Resolução 1925, anunciando a Missão das Nações Unidas de Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO).

Ainda em 2010, a MONUC se converteu em Missão de Estabilização das Nações Unidas no Congo (MONUSCO), sob a resolução 1925 do Conselho (ONU, 2010). Esta alteração foi tomada para soar como um voto de confiança da ONU à RDC, porque indicava que o conflito vinha caminhando para uma resolução. Então, seria necessário que se desse início a uma estabilização. A resolução apontou que, conforme as áreas se mostrassem seguras, paulatinamente, o contingente seria removido do país (BARBOSA JUNIOR, 2017)

¹³ Movimento pela Libertação do Congo (MLC): foi um grupo rebelde armado, apoiado por Uganda, que lutou contra o governo. Nasceu em 30 de setembro de 1998 como um levante contra o regime. A maioria de seus líderes eram adeptos exilados de Mobutu Sese Seko (Ditador comunista do Zaire)

¹⁴ União Congoleza pela Democracia (RCD): milícia apoiada por Ruanda e composta, em sua grande maioria, por tutsis ruandeses e hutus não-genocidas, os quais reivindicavam sua permanência no leste congolês sem que sofressem das as hostilidades que o governo de Kabila propunha.

O mandato original da missão, estabelecido pela resolução 1925 do Conselho de Segurança, de 28 de maio, tinha como objetivo refletir a nova fase alcançada no país. Foi autorizado o uso de todos os meios necessários para o cumprimento do mandato que, dentre outras coisas, previa a proteção de civis, pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente de violência física e o apoio ao governo da RDC em seus esforços de manutenção da paz, conforme a resolução:

Atuando sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. Decide prorrogar o mandato da MONUC até 30 de junho de 2010 e decide ainda que, tendo em vista a nova fase alcançada na República Democrática do Congo, a missão das Nações Unidas naquele país, MONUC, deverá, a partir de 1 de julho de 2010, ostentar o título de Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO);
2. Decide que a MONUSCO será destacada até 30 de junho de 2011 e autoriza que a MONUSCO inclua, além dos componentes civis, judiciários e de correção adequados, um máximo de 19.815 militares, 760 observadores militares, 391 policiais e 1.050 militares formado em unidades policiais;
3. Autoriza a retirada de até 2000 militares das Nações Unidas até 30 de junho de 2010 de áreas onde a situação da segurança o permita;
4. Autoriza a MONUSCO, enquanto concentra suas forças militares no leste do país, a manter uma força de reserva capaz de se redistribuir rapidamente em outras partes do país; (ONU, 2010- resolução 1925).

O Conselho decidiu então que a MONUSCO incluiria, além dos componentes civis, judiciários e de correção, um máximo de 19.815 militares, 760 observadores militares, 391 policiais e 1.050 membros de unidades policiais formadas. As futuras reconfigurações da MONUSCO serão determinadas à medida que a situação evoluísse no terreno, incluindo: a conclusão das operações militares em andamento no Kivu do Norte e do Sul (guerra contra o Movimento 23 de Março¹⁵), bem como nas províncias orientais; o aprimoramento da capacidade do governo para proteger efetivamente a população; e a consolidação da autoridade do Estado em todo o território. O mandato da MONUSCO foi detalhado na resolução 2053, adotada pelo Conselho de Segurança, em 27 de junho de 2012.

4. Reitera que futuras reconfigurações da MONUSCO devem ser determinadas com base na evolução da situação no terreno e na consecução dos seguintes objetivos a serem perseguidos pelo Governo da República Democrática do Congo, com o apoio da Missão das Nações Unidas:

(a) A conclusão das operações militares em andamento no Kivus e Província de Orientale, resultando na redução ao mínimo da ameaça de grupos armados e restauração da estabilidade em áreas sensíveis;

(b) Uma capacidade melhorada do Governo da República Democrática do Congo para proteger efetivamente a população através do estabelecimento de forças de segurança profissionais, responsáveis e sustentáveis, tendo em vista assumir progressivamente a função de segurança da MONUSCO

¹⁵ Movimento 23 de Março: também denominado M23, foi um grupo militar rebelde, baseado em áreas orientais da República Democrática do Congo (RDC), que operava principalmente na província de Kivu do Norte.

(c) A consolidação da autoridade do Estado pelo governo congolês em todo o território, através do destacamento da administração civil congoleza, em particular as instituições policiais, de administração territorial e de Estado de Direito em áreas libertado de grupos armados; (ONU, 2012- Resolução 2053)

Simultaneamente, o Conselho notou a necessidade de uma estratégia clara de saída e decidiu que as novas reconfigurações e mandatos da Missão deveriam se basear na situação em evolução e no progresso em direção a vários objetivos estabelecidos, de acordo com suas três prioridades - proteger os civis, estabilizar o país e apoiar a implementação do Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo e para a região.

Em abril de 2013, foi escolhido o General de divisão brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz para suceder o tenente-general indiano Chander Prakash Wadhwa no comando da missão. A escolha do general brasileiro foi repercussão direta do sucesso da MINUSTAH. Santos Cruz manifestou em entrevista: “A minha escolha é parte do prestígio do Brasil que há tempos vem se projetando no cenário internacional. É a combinação da diplomacia, da experiência militar e da determinação do governo. Isso tudo sintetiza esse convite”.

Santos Cruz liderou uma experiência inédita entre os chamados capacetes azuis: a Brigada de Intervenção, uma unidade de soldados da ONU que tinha autoridade e equipamentos para ações ofensivas de manutenção da paz em regiões de conflito. O foco das operações era voltado para a região leste do país, enfrentando o Movimento 23 de Março (M23), que tinha domínio sobre as províncias orientais. O general afirmou “No Congo, você tem uma situação complexa de violência, em especial, praticada por grupos rebeldes que habitam o Leste do país. A gente espera a colaboração para o cumprimento do mandato das Nações Unidas e que temos, a partir de agora, obrigação de cumprir” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013)

A utilização da força, autorizada pelas Nações Unidas, aliado ao comando do general brasileiro logo tiveram seus resultados. Ao final de 2013, o exército congolês anunciou uma vitória militar de enorme significado: o fim da rebelião do M23, que tinham dominado a cidade de Goma (capital da província de Lagos), depois de uma insurgência de 20 meses que custou a vida de milhares de congolezes. “O feito histórico foi possível a partir da intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), que instituiu uma missão de estabilização no país (MONUSCO) autorizada a usar a força, pela primeira vez, contra os combatentes” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013). O general Santos Cruz, por ter conduzido a operação, foi apontado, pela mídia internacional, como fator decisivo para o sucesso da campanha.

Figura 13- General Santos Cruz junto à sua tropa



Fonte: ONU (2014)

Na época, o general Santos Cruz avaliou que teria um grande desafio pela frente, em que o emprego da força militar nunca poderia ser descartado. “É uma missão de paz. Esperamos permitir que a ajuda humanitária à população aconteça. Mas temos lá uma brigada de intervenção, força suficiente para neutralizar e desarmar os rebeldes que atuam no país”, adiantou.

As agências de notícias como BBC, Reuters e o jornal português Diário de Notícias, um dos mais conceituados periódicos, elogiaram as ações do general brasileiro. “De acordo com a matéria da Reuters, por exemplo, há um ano era impossível imaginar que o Congo se livraria de uma guerra prolongada. Porém, na última semana, de acordo com a agência, o grupo rebelde M23 se rendeu” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Para o jornal português, que conseguiu uma conversa exclusiva com o general Santos Cruz, o fato de ser brasileiro foi um dos fatores para o sucesso da missão de paz. “Como o Brasil também tem um pouco de raízes africanas, é fácil perceber como aqui é um lugar maravilhoso, muito bonito. Então toda essa simpatia pelo local e pelo povo ajuda a gente a se sentir bem e a trabalhar da melhor maneira pela paz,” disse Santos Cruz ao DN. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013)

Um fato curioso de seu comando era o hábito controverso de comandar as tropas na linha de frente, junto com os soldados. “Santos Cruz esclareceu que adota tal postura, em primeiro lugar, para avaliar o risco efetivo ao qual estará submetendo a sua tropa. “Você não pode ser irresponsável nem inconstante, mas você tem que, no mínimo, ser capaz de fazer aquilo que você está exigindo que os seus subordinados façam”, disse (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013). Tal fato demonstra a coragem do general brasileiro e a sua aptidão e competência para liderar, sempre preocupado com sua tropa e motivando-a nas missões.

O comando atual da MONUSCO está com o general brasileiro Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, que assumiu em 22 de janeiro de 2020. Em entrevista com o ONU News, ele demonstrou-se satisfeito com a oportunidade e acrescentou:

Nós temos que elencar, como está dito até no próprio mandato da Monusco, a proteção dos civis como uma prioridade absoluta para a conduta das atividades. Mas, lá na década de 90 e para agora, os métodos, os processos, os mecanismos da ONU para alcançar os seus objetivos previstos nos mandatos são diferentes (...) na diversidade dos pontos de vista que todos buscando os mesmos objetivos, mas olhando o problema com perspectivas diferentes, e isso é um desafio interessante. Construir, colocar junto todas essas visões, as diversidades culturais e alcançar os objetivos que são propostos (ONU NEWS, 2020)

O trabalho realizado pelo general Santos Cruz com certeza deixou um grande legado no histórico brasileiro em missões de paz. Legado esse que espelha em sua competência e ações que agregaram o respeito e reconhecimento não só das Nações Unidas como também da imprensa internacional.

6.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Analisando o terceiro período como um todo, percebe-se que o Exército Brasileiro foi muito assertivo em suas ações em ambas as operações, destacando a MINUSTAH, como a principal missão do período, senão a principal missão realizada pelo Brasil até hoje.

Em relação à INTERFET, o contingente se mostrou bem capacitado desde o seu acionamento, tendo sido mobilizado e preparado num curto período de uma semana. Segundo Hamann (2016b) “a principal relevância da INTERFET se dá pelo fato de ser a primeira vez em que o Brasil enviou tropas para uma missão de capítulo VII, e não somente militares individuais”. Com base na lei brasileira, não há impedimentos legais em participar de imposição de paz, advinda de missões de capítulo VII, porém, o Brasil sempre evitou esse tipo de missão, já que o foco político brasileiro em relação a missões de paz sempre foram as ações de caráter humanitário.

O povo brasileiro sempre teve uma cultura muito amistosa e cordial, e isso reflete diretamente no *modus operandi* do seu exército. Na INTERFET há um exemplo no qual isso se mostra bem claro, pois segundo Fortuna (2009), “a cordialidade e competência brasileira fizeram com que as lideranças timorenses rejeitassem substituição dos militares brasileiro por forças especiais de outros países”.

A atuação específica da tropa brasileira em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) na INTERFET foi de suma importância, pois a experiência auxiliou no desenvolvimento de uma doutrina brasileira própria para ações de GLO.

Em relação a MINUSTAH, a operação foi muito bem-sucedida e teve o protagonismo brasileiro durante todo o período da missão. Aguilar relaciona o êxito brasileiro no Haiti à ação da diplomacia solidária brasileira, por meio da qual o Brasil soube estimular a atuação de outros Estados em território haitiano, todos movidos pelo “dever de consciência” (AGUILAR, 2015). Como ensinamento para a continuação da missão (assim como para futuras missões de paz) ficou evidente a importância da compreensão mais profunda das questões e atividades humanitárias por parte dos nossos contingentes.

Na questão operacional, a MINUSTAH proporcionou um grande desenvolvimento da doutrina do Exército Brasileiro, que passou a considerar de forma mais incisiva no combate, conceitos como o de proteção do combatente, minimização de danos colaterais sobre as populações, a opinião pública como importante fator para a vitória; o domínio da “consciência situacional”, e a presença de atores não governamentais.

Como consequência direta do sucesso que estava ocorrendo no Haiti, a ONU escalou o general brasileiro Santos Cruz para comandar a MONUSCO. Tal fato foi um verdadeiro prestígio para o Exército Brasileiro, pois a MONUSCO é considerada a missão de maior vulto feita pelas Nações Unidas e comandá-la mostrou-se um grande desafio.

O comando brasileiro demonstrou extrema eficiência no decorrer da operação, ao utilizar-se, de forma inovadora, de ações ofensivas do combate convencional em operações de paz, suprimindo o poder de combate do adversário e levando-o à rendição. Ao final de 2013, o exército congolês anunciou o fim da rebelião do M23, vitória militar considerada de suma importância para a operação, e gerou maior reconhecimento internacional do comando brasileiro da MONUSCO.

O sucesso da missão foi extremamente positivo e o general brasileiro foi elogiado pela imprensa mundial. Tal fato contribuiu ainda mais para fortalecer a representação brasileira nas Nações Unidas que, posteriormente, convocou o general brasileiro Costa Neves para assumir o comando da operação.

Em suma, com base nos fatos analisados, o Terceiro Período foi o que mais destacou o Brasil no que tange ao profissionalismo e atuação da tropa do Exército. O reconhecimento gerado nessas missões foi muito mais evidente do que nos outros períodos, podendo-se afirmar que foi o auge da atuação foi em PKO, e também que foi a fase na qual mais se agregou conhecimentos e experiências.

7 CONCLUSÃO DO TRABALHO

Para a conclusão deste trabalho, serão abordadas as características de cada período e as mudanças ocorridas no modo de operar brasileiro, bem como as consequências de cada operação para o Brasil. A fim de facilitar e atingir o objetivo pretendido, a conclusão será dividida em dois tópicos: um tratando apenas da evolução doutrinária e nas características operacionais, e outro abordando a repercussão e consequências na esfera geopolítica para o Brasil.

7.1 MODUS OPERANDI E EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM MISSÕES DE PAZ.

As primeiras missões de paz, em especial a UNEF, foram um pontapé inicial ousado para a tropa brasileira, que até o momento estava desde a Segunda Guerra Mundial sem participar de conflitos armados. O Batalhão Suez, agregou diversas novas experiências e podemos citar como pontos positivos:

- O contato com tropas de outros países, que inculcaram um perfil mais operacional os militares brasileiros;
- A mudança de ambiente operacional (desértico) também trouxe mudanças para o contingente brasileiro;
- A utilização de equipamentos e fardamento indiano, que eram mais adaptados ao clima e ambiente da região.

Abordando a segunda fase, percebe-se uma mudança na atuação brasileira, que passou a ter um cunho mais humanitário:

- Proporcionou atendimento médico e odontológico em regiões necessitadas através dos médicos e enfermeiros do Exército;
- Utilizou-se do largo emprego da Engenharia, tanto na construção e reconstrução de pontes e estradas;
- Participou de operações de desminagem.

As duas últimas ações foram aplicadas principalmente em Angola, e caracterizam as primeiras participações brasileiras em *peace building operations*.

Na terceira fase pode-se observar uma grande contribuição e uma mudança maior na postura do Exército Brasileiro nas operações de paz.

- Na INTERFET, a tropa brasileira realizou diversas operações de GLO, das quais tiveram o apoio e preparação do Exército Australiano, contribuindo de forma significativa na criação de uma doutrina brasileira para esse tipo de operação.
- A MINUSTAH foi a missão de maior duração e participação brasileira, e como consequência, a que gerou um maior ganho doutrinário, conceitos como minimização de danos colaterais sobre as populações, a opinião pública como importante fator para a vitória, o domínio da “consciência situacional”, e a presença de atores não governamentais ganharam muito mais importância na hora de executar as operações.
- Com relação a liderança do general Santos Cruz na MONUCO, observa-se a implantação de uma nova forma de realizar PEO, dando enfoque em operações básicas de guerra (ofensiva e defensiva) e estimulando um combate mais incisivo a fim de sufocar as forças rebeldes.

O Exército Brasileiro obteve um grande avanço na sua forma de emprego em operações de paz, se adaptando às demandas da ONU e melhorando em cada missão. As tropas brasileiras, cada vez mais robustas e capacitadas, são grande exemplo de como um exército de terceiro mundo pode fazer grandes feitos com base no seu valioso recurso humano.

7.2 CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS DAS AÇÕES BRASILEIRAS EM MISSÃO DE PAZ.

Após a aceitação da primeira missão de paz, a UNSCOB, o Brasil passa a afirmar um compromisso junto à comunidade internacional de despender recursos em prol da paz. Esse compromisso ficou ainda mais evidente na participação brasileira na UNEF 1, sustentando, junto ao CSNU, uma necessidade de utilizar forças de paz com o intuito de promover o fim de conflitos localizados e assim minimizar a continuação do conflito e o seu possível agravamento.

Nas missões da segunda fase o Brasil preocupou-se em atuar nos países de língua portuguesa (Moçambique e Angola), estreitando os laços com aqueles países e fazendo com que eles se tornassem grandes parceiros políticos e econômicos. Com isso, veio também um grande reconhecimento e apreço da população local daqueles países para com as tropas brasileiras, que interagiam de forma amistosa e prestava ampla assistência social. Fatos como esse iam firmando uma identidade que o Exército começou a desenvolver aos poucos na sua atuação em missões de paz.

A terceira fase pode ser considerada uma reafirmação do modo brasileiro de conduzir operações de paz. As características brasileiras de cordialidade e o caráter humanitário de suas operações ganham ainda mais força, principalmente na MINUSTAH, com o aumento expressivo das assistências médicas e odontológicas, e de atividades recreativas como pequenos campeonatos de futebol. Ações como essas criam um vínculo e um apoio muito grande da população com a tropa e facilita as ações do contingente. O sucesso brasileiro teve grande repercussão tanto para as Nações Unidas como também para toda a comunidade internacional, repercussão esse que levou à nomeação do então general Santos Cruz para o cargo de comandante das tropas da MONUSCO. Pois, a forma como o general brasileiro conduziu a operação e a vitória contra a rebelião do M23 foram amplamente elogiados pela mídia internacional e jornais conceituados, elevando ainda mais o respeito para com o Exército Brasileiro.

Analisando todo o histórico brasileiro em operações sob a égide da ONU, percebe-se que elas são vantajosas para o Brasil. As missões contribuíram para de forma significativa para estreitar laços econômicos e políticos com os países de língua portuguesa e países latino americanos, além de elevar a imagem do Exército Brasileiro perante a comunidade internacional. Graças as operações de paz, o Brasil pode pleitear sua vaga como membro temporário no CSNU e obter maior representatividade nas decisões da ONU e se mostrar liderança perante os países latino americanos.

Os ganhos brasileiros no campo da doutrina e combate também foram expressivos. O cenário das operações de paz também pode ser entendido como um laboratório para as tropas, onde tanto o contato com exércitos de diversas nações proporciona novas experiências e aprendizados como também o cenário caótico de muitas das missões realizadas trazem de forma empírica, mudanças no comportamento da tropa e no *modus operandis* brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Apostila de Relações Internacionais**. Resende: Editora Acadêmica, 2019.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Brasil em Missões de Paz**, São Paulo: Usina do Livro, 2005.
- AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro**. Brasília: Jornal for Brazilian Studies, 2015.
- ANDRADE, I. O.; HAMANN, E. P.; SOARES, M. A. **A Participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades**, Brasília: IPEA, 2019.
- BARBOSA JR., Ilques. **13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas**, Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.
- CAVALCANTE, F. **Rendering peacekeeping instrumental? The Brazilian approach to United Nations peacekeeping during the Lula da Silva years (2003-2010)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, n. 2, p. 142-159, 2010.
- CHAUMONT, Charles. **A ONU**. Oeiras: Margens, 1992.
- DINIZ, Eugenio. **Peacekeeping and the evolution of foreign policy**. In: FISHEL, J.; SAENZ, A. (Ed.). **Capacity-building for peacekeeping: the case of Haiti**. Washington, D.C.: Center for Hemispheric Defense Studies, National Defense University Press, 2007.
- FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **Brasil: 60 anos de Operações de Paz**. 1ª ed. Rio de Janeiro: DPHDM, 2009.
- FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2005.
- HAMANN, Eduarda Passarelli. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**, Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017
- KENKEL, Kai Michael *at au* (org). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**, Brasília: Ipea, 2012
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Mídia estrangeira aponta atuação decisiva de general brasileiro para estabilização no Congo**, 2013. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/4471-18-11-2013-defesa-midia-estrangeira-aponta-atuacao-decisiva-de-general-brasileiro-para-estabilizacao-no-congo>. Acesso em: 05/04/2020
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **General Santos Cruz, comandante da Missão da ONU no Congo, explica funcionamento de operações de paz a internautas**, 2013. Disponível em:

<https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/14543-hangout-defesa-general-santos-cruz-explica-funcionamento-de-missoes-de-paz-a-internautas>. Acesso em: 05/04/2020

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU no Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/>. Acessado em: 10/09/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**, 1945 disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acessado em: 15/09/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 626**, UNSCR, 1988. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions>. Acessado em: 25/02/2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 435**, UNSCR, 1978. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions>. Acessado em: 25/02/2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 696**, UNSCR 1991. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions>. Acessado em: 12/03/2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 976**, UNSCR, 1995. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions>. Acessado em: 13/03/2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 797**, UNSCR, 1972. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions>. Acessado em: 18/03/2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1925**, UNSCR, 2010. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions>. Acessado em: 27/03/2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 2053**, UNSCR, 2012. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions>. Acessado em: 05/04/2020

PAZZINATTO, Fernando. **A INFLUÊNCIA DAS ATUAÇÕES DO BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU EM SUA DOUTRINA MILITAR TERRESTRE**. Rio de Janeiro: ESAO, 2018.

PERSICI, Rossana Sarmento. **GUERRA E PAZ EM ANGOLA: Um Estudo sobre o Papel da ONU e das Grandes Potências**, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

RIBEIRO, Manuel de Almeida. **A Organização das Nações Unidas**. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

RODRIGUES, A. O.; MIGON, E. X. F. G. **O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz**, Belo Horizonte: Revista Carta Internacional, 2017.

SEITENFUS, Ricardo. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz

VILLA, R. A. D.; VIANA, M. T. **Security issues during Lula's administration**: from the reactive to the assertive approach. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. Especial, 2010.

XAVIER, Ana Isabel *at au*. **A Organização das Nações Unidas**. Coimbra: Humana Global, 2007.

ZANATTA, Joel. **“Em Defesa da Paz”**: A Crise do Canal e a Participação do Batalhão Suez e seus Contingentes Gaúchos a Serviço Da Onu no Oriente Médio (1957-1967), Porto Alegre: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.